

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINE GISELE DUTRA

**O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
SIEGFRIED EMANUEL HEUSER E SUA EXTINÇÃO NO GOVERNO JOSÉ IVO
SARTORI**

Porto Alegre

2019

CAROLINE GISELE DUTRA

**A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER NA
HISTÓRIA DO ESTUDO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Dutra, Caroline Gisele

O Significado Histórico da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e sua Extinção no Governo José Ivo Sartori / Caroline Gisele Dutra. -- 2019.

57 f.

Orientador: Cassio da Silva Calvete.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Estatística Econômica. 2. FEE. 3. Extinção. 4. PL 246. 5. Governo Sartori. I. Calvete, Cassio da Silva, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAROLINE GISELE DUTRA

**A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER NA
HISTÓRIA DO ESTUDO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Porto Alegre, 24 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por todas as oportunidades que recebi. Sou grata pelas bolsas que tive o prazer de participar, pelo auxílio PRAE, pela contribuição nos ENECOS e por todo subsídio que recebi para finalizar este curso.

Aos participantes do movimento Em Defesa da FEE e aos ex-funcionários da FEE que me auxiliaram com entrevistas e materiais. Especialmente Kátia Midori Hiwatashi, Guilherme Xavier, Silvia Campos e Iracema Castelo Branco.

Ao Diretório Acadêmico de Economia Contábeis e Atuariais, agradeço por me apresentar o movimento estudantil, pelas reuniões, palestras, campanhas, protestos e por todos os dias de luta. Também me faço grata pelos dias leves, de festas e risadas e por todas as pessoas que conheci nessa trajetória.

À Juçara Dutra, por me dar a vida, apoio e incentivo. Por ser meu porto seguro e por sempre me compreender.

Ao meu orientador Cássio Calvete pela grande capacidade de passar seus ensinamentos, pela paciência e por todas as trocas de ideias que tivemos até chegarmos ao resultado final deste trabalho.

À Galvão Advogados Associados, empresa que trabalho desde o início de 2017 e que sempre compreendeu minhas necessidades de horários, apoiando para que a conclusão deste curso fosse possível.

Finalmente agradeço à cidade de Porto Alegre, que me acolheu e pelos amigos que me apresentou. Sem eles a trajetória teria sido mais árdua.

RESUMO

A utilização de dados estatísticos para compreender as reais necessidades da população não é um caso recente, já que é de interesse dos tomadores de decisões saber corretamente onde se deve investir. No caso das políticas públicas, pesquisas socioeconômicas com dados sobre a população e a economia de uma nação auxiliam os governantes na gestão das finanças. No Rio Grande do Sul existem pesquisas que remontam o século XVIII, ainda na Capitania do Rio Grande de São Pedro, informando dados sobre a colheita, os habitantes livres e escravos. Com o passar das décadas e as alterações na conjuntura econômica, criou-se a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Dentro do setor de pesquisas socioeconômicas este foi o órgão que permaneceu ativo por mais tempo no estado. Porém, durante a gestão de José Ivo Sartori houve a extinção de diversas instituições públicas, com a justificativa inicial de corte de gastos, tendo em vista a volumosa dívida que o estado possuía. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de compreender a trajetória da FEE dentro da história do estudo estatístico no estado, apresentado o que foi a instituição, as principais publicações e parcerias, as contradições de sua extinção e como se dá a continuidade de seus trabalhos nos dias de hoje. Para isso serão utilizados quadros demonstrativos, relatos de ex-funcionários, material disponibilizado pela FEE, artigos e matérias publicadas na época de sua extinção.

Palavras-chave: Estatística Econômica. FEE. Extinção. PL 246. Governo Sartori.

ABSTRACT

The use of statistical data to understand the real needs of a community is not a recent case, since it is of interest of decision-makers to know correctly where to invest. In the case of public policies, socioeconomic surveys with data on the population and economy of a nation assist the rulers in the management of finance. In Rio Grande do Sul there are researches that remote to the eighteenth century, still in the Captaincy of Rio Grande de São Pedro, reporting data on the harvest, free and slaves inhabitants. In the course of the decades and the changes in economic conjuncture, the Foundation of Economy and Statistics (FEE) was created. Within the area of socioeconomic research, this was the organ that remained active for the longest time in the state. However, during the management of José Ivo Sartori there was a proposal for the extinction of several public institutions, with the initial justificative of cutting expenses, given the massive debt that the state had. In view of this, the present work has the objective of understanding the trajectory of the FEE within the history of the statistical study in the state, presenting what was the institution, the main publications and partnerships, the contradictions of its extinction and how the continuity of its work happens today. For this purpose will be used demonstration tables, narratives of ex-employees, material provided by FEE, articles and materials published at the time of its extinction.

Keywords: Statistic. FEE. Extinction. PL 246. Sartori Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma da FEE publicado em 2016	18
Quadro 1 - Parcerias ativas em 2016	19
Quadro 2 - Indicadores divulgados pela FEE	20
Quadro 3 - Periódicos divulgados pela FEE	21
Quadro 4 - Livros divulgados pela FEE em 2016	22
Quadro 5 - Relatórios divulgados pela FEE	22
Quadro 6 - Serviços realizados pela FEE	23
Quadro 7 - Dívida Fundada da Administração Direta do Estado – 2015 – 2018.....	25
Quadro 8 – Evolução da Dívida Fundada no Governo Sartori.....	26
Quadro 9 – Dívidas de longo prazo.....	27
Figura 2 – Comparativo entre Receita e Despesa (2014 – 2018).....	29
Quadro 10 – Resultado do Orçamento do Estado 2014 – 2018.....	29
Quadro 11 - Seis fases do Pacote de Ajuste Fiscal apresentado em 2015.....	31
Quadro 12 - O que o Rio Grande do Sul perde com a extinção da FEE em 5 pontos ...	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A PESQUISA ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL	11
2.1	A HISTÓRIA DO ESTUDO ESTATÍSTICO NO ESTADO	11
2.2	A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER .	16
2.3	TRABALHOS E PARCERIAS DA FEE	19
3	A QUESTÃO DA EXTINÇÃO	24
3.1	A DÍVIDA DO ESTADO DO RS	24
3.1.1	O Déficit da Administração Pública Estadual: Período Sartori	27
3.1.2	O Pacote de Ajuste Fiscal	30
3.2	O FIM DA INSTITUIÇÃO	31
3.2.1	O contrato com a Fipe	32
3.2.2	Em Defesa da FEE	33
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE A - ENTREVISTA	49
	APÊNDICE B - ENTREVISTA	52

1 INTRODUÇÃO

Fundada em novembro de 1973 pela lei 6.624, caracterizada como uma entidade pública de direito privado e vinculada à Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) foi uma instituição de pesquisa aplicada, com análises abrangentes e multidisciplinares. Divulgava pesquisas sobre meio ambiente, saúde, educação, turismo, energia renovável, cenários econômicos, planejamento e desenvolvimento do estado. A instituição contava com autonomia metodológica e administrativa, além de ter profissionais qualificados, trazendo maior confiança e credibilidade para suas publicações (EM DEFESA DA FEE, 2016). Segundo a Associação de Funcionários da Fundação de Economia e Estatística (ASSFEE, 2016), “[...] são mais de dois milhões de acessos por ano ao Portal da FEE e mais de 1.000 atendimentos na Biblioteca, que é referência no país, sendo a principal na área de Economia do Rio Grande do Sul [...]”, além de possuir análises estatísticas sobre o estado desde o século XVIII (FEE, 1981). No ano de 2016 a instituição possuía pelo menos 50 parcerias com 30 diferentes órgãos das mais diversas áreas como setores públicos, instituições, universidades, prefeituras, empresas e entidades. A FEE também servia de base informativa para as decisões econômicas do estado já que muitas dessas parcerias tinham o objetivo de estruturar o planejamento do estado, sendo um apoio para as políticas governamentais.

A fundação acompanhou a trajetória do Rio Grande do Sul através de suas publicações, já que descrevia os dados socioeconômicos do estado com a maior fidelidade possível. Sua criação se deu durante a ditadura militar brasileira, em meio aos “Anos de Chumbo”, passando por diversos fatos importantes do país e do mundo ao longo de sua história, vários destes acabavam impactando em nossa região e, conseqüentemente, nos resultados das pesquisas.

O estudo estatístico possui referências desde 1783 no estado, sendo assim, a FEE é herdeira de uma linhagem institucional, fazendo parte de um conjunto de entidades que prestaram este tipo de serviço à sociedade gaúcha. Inicialmente as análises não eram feitas de forma regular e oficial, porém já eram solicitadas por governantes interessados pelos números de sua gestão. Fica evidente ao longo deste trabalho a fragilidade com a

qual os políticos gaúchos tratam a análise estatística sobre sua população, já que diversos órgãos desta categoria foram encerrados ao longo dos séculos com o argumento de corte de gastos – tal justificativa acabou sendo refutada no caso da FEE (WEISSHEIMER, 2017).

Diversos são os motivos para a calamidade nas finanças gaúchas. Grande parte da dívida pública do estado advém de dificuldades estruturais de governos anteriores, porém não são descartadas escolhas equivocadas durante mandatos recentes. Para contextualizar a gestão de José Ivo Sartori, que esteve no comando do estado entre 2015 e 2018, tomaremos como base os Relatórios Anuais da Dívida Pública Estadual, publicados pelo Tesouro do Estado [2019] e o Portal da Transparência RS, que é de responsabilidade da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE). No portal é possível observar os gastos e receitas do orçamento público gaúcho e fazer comparações com as finanças da última década (CAGE, [2019]).

No ano de 2016 Sartori deu início às medidas que haviam sido expostas em seu afamado Pacote de Ajuste Fiscal, visando a minimização da dívida do estado. Após a apresentação do PL246, que continha propostas para extinção da FEE e mais cinco instituições, vários funcionários se uniram no movimento Em Defesa da FEE que tinha como objetivo central “[...] manter e qualificar uma imagem pública favorável, conquistar a adesão de opiniões e, finalmente, os votos dos parlamentares.” (BARREDAS et al., 2017, p. 7). Tal movimento contou com apoio de diversos setores, entidades, professores e estudantes. Porém ainda em 2016 as extinções foram aprovadas em votação feita na Assembleia Legislativa (ELY, 2018).

Em 05 de abril de 2018 o decreto que anunciava o fim das atividades da FEE foi colocado em prática. Atualmente o Departamento de Economia e Estatística (DEE) assumiu algumas funções da entidade. O DEE faz parte da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, ficando responsável pelo Centro de Indicadores Econômicos e Sociais e pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Sua estrutura é dividida em quatro áreas, sendo elas a Divisão de Apoio Técnico e Acervo, Divisão de Indicadores Estruturais, Divisão de Pesquisa Econômica Aplicada e Divisão de Indicadores Conjunturais. Mas nem todas as atividades que eram exercidas pela FEE ficaram sobre responsabilidade do DEE. A divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) e outros cálculos

relevantes foram destinados a uma empresa privada, que foi contratada sem prévia licitação. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) é uma empresa sem fins lucrativos e com sede em São Paulo, por se tratar de uma organização de direito privado, passou por alguns embaraços relacionados ao convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que dados confidenciais não poderiam ser repassados a uma empresa que não fosse pública. Diante do fim do repasse dos dados do IBGE, o PIB calculado pela FIPE teve que ser apurado de maneiras diversas ao costumeiro, o que levou diversos economistas do estado a não reconhecerem os números apresentados (ECONOMISTAS..., 2018).

O presente trabalho tem o objetivo de compreender a trajetória da FEE dentro da história do estudo estatístico no Rio Grande do Sul, entendendo sua importância para a sociedade gaúcha e buscando alternativas para compreender sua extinção. Inicialmente é apresentada uma breve análise das primeiras entidades de pesquisa no estado até chegar ao contexto de criação da FEE. Nesse momento é apresentado o que foi a Fundação de Economia e Estatística, as principais parcerias e publicações divulgadas pela entidade, quais os impactos de sua extinção e como anda a continuidade de seus trabalhos hoje em dia. Para isso serão utilizados quadros demonstrativos, relatos de ex-funcionários e material disponibilizado pela própria fundação. Com relação à metodologia, será utilizado método indutivo, no qual se toma como base pesquisas, notícias, evidências e o material publicado pela instituição. Este trabalho se divide em dois grandes capítulos principais. No primeiro há uma apresentação sobre o estudo estatístico no estado, o contexto da criação da FEE, seu histórico, os principais materiais publicados e as parcerias mais importantes. No segundo temos um panorama do Governo Sartori e buscamos entender a questão da extinção, apresentando o Em Defesa da FEE. Ao final é deixada a indagação ao povo gaúcho sobre quais foram as reais motivações para extinguir tal instituição.

2 A PESQUISA ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Conforme observa-se em Bussab e Morettin (2006), a ciência estatística é responsável pela coleta, modelagem, estudo e interpretação de dados. Utiliza-se de diversas metodologias para compreender seus resultados, como técnicas de exploração de dados, probabilidade e inferência.

Desde remota antiguidade, os governos têm se interessado por informações sobre suas populações e riquezas, tendo em vista, principalmente, fins militares e tributários. [...]. Podemos dizer que o desenvolvimento da estatística teve origem nas aplicações, pois nenhuma disciplina tem interagido tanto com as demais disciplinas em suas atividades do que ela, dado que é por sua natureza a ciência do significado e do uso dos dados. (MEMÓRIA, 2004, p. 11-12).

Os primórdios dos estudos estatísticos divulgados sobre o Rio Grande do Sul remontam ao século XVIII. Desta forma, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) deu seguimento a pesquisas já realizadas à muito tempo no estado.

A fundação via a necessidade de buscar inovações, de se adequar aos governos que estiveram no poder do estado e às diferentes conjunturas econômicas em seus 45 anos de história. Neste período muitas parcerias foram firmadas e materiais de diversas áreas foram publicados.

2.1 A HISTÓRIA DO ESTUDO ESTATÍSTICO NO ESTADO

A compreensão das reais necessidades de uma população é elementar para organização e foco nos gastos de qualquer governo, sendo assim, a análise estatística é elemento básico para o planejamento gerencial. FEE (1981) fundamenta que existem dados estatísticos apurados no estado desde 1783, ainda na Capitania do Rio Grande de São Pedro. Logo, é a partir do século XVIII que se reconhece o princípio das pesquisas estatísticas sobre a sociedade gaúcha, “[...] nessa época, embora a estatística não possuísse um cunho oficial que a apoiasse e permitisse seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, já era encomendada e utilizada pelos próprios governantes” (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE, 1981, p. 7). E foi dando

seguimento a uma série de estudos que surge a FEE, sendo esta o resultado de diversas mudanças estruturais e constitucionais que culminaram na necessidade de sua criação. Sabendo disso, o presente capítulo irá expor em ordem cronológica uma breve análise da história do estudo estatístico no Rio Grande do Sul, bem como apresentar a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e seus trabalhos e parcerias mais importantes.

Como já citado, os primórdios dos registros estatísticos se deram em 1783, quando o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral endereçou ao vice-rei dados sobre a colheita, os habitantes livres e escravos, a quantidade de carroças, bem como um mapa da capitania (FEE, 1981). As primeiras pesquisas um pouco mais elaboradas sobre demonstrativo de comércio e censo populacional datam de 1802 e 1803, sendo realizadas através do então governador Paulo José da Silva Gama, depois de uma determinação do Visconde de Anadia que desejava saber os dados da Capitania de São Pedro, conforme observado em FEE (1981). Em 1822 Antonio José Gonçalves Chaves realizou um trabalho muito significativo, mostrando a realidade socioeconômica do estado, nesse momento já se notava uma pequena evolução nos estudos estatísticos. Depois de verificada a necessidade dessas informações para o planejamento estratégico, José Marcelino Rocha Cabral foi convidado em 1833 pelo governo do estado para ser a primeira pessoa oficialmente responsável pela análise estatística da província, sendo denominado o “Encarregado da Estatística”. Contudo, o maior obstáculo apresentado nesta época era a dificuldade na obtenção de dados, tanto pela falta de orçamento quanto pelo desinteresse de alguns governantes, gerando assim frequentes descontinuidades nas pesquisas. Foi com o início da Revolução Farroupilha, em 1835, que houve de fato a interrupção dos estudos estatísticos por cerca de 10 anos, retomando as atividades apenas em 1845 com o Conselheiro Antonio Manuel Correa da Câmara a frente dos estudos (FEE, 1981).

Neste momento é possível observar que ao longo dos anos ocorreu uma série de extinções dos órgãos destinados ao estudo estatístico no estado, todas com a justificativa de redução de gastos por parte do governo e falta de verbas para a manutenção e obtenção de material. Sendo assim, em 1850 houve a primeira extinção de uma instituição de pesquisa estatística no Rio Grande do Sul. O fim da Repartição de

Estatística se deu com o argumento de ausência de recursos, sendo reativada apenas em 1857 sobre a responsabilidade do Tenente Coronel José dos Santos Pereira. Após dois anos, a lei 428 de janeiro de 1859 autorizava a regulamentação da repartição, permitindo a esta o controle dos cadastros da província. Em 1864 houve nova extinção por falta de verbas e por obstáculos conjunturais tais como a Guerra do Paraguai, que teve fim apenas em 1870, momento no qual as intenções estavam todas voltadas para a acumulação de instrumentos bélicos (FEE, 1981).

Em âmbito nacional, foi fundada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), no dia 14 de janeiro de 1871, através do decreto nº 4676, ficando responsável por desenvolver censos bem como ser um órgão de controle e alinhamento de todas as repartições estatísticas públicas. Pessoa (2016) observa que o período estava conturbado devido aos debates sobre o fim da escravidão e a inserção da Lei do Ventre Livre, sendo necessário um controle no que tange os dados gerais de escravos e principalmente quantas crianças filhas de escravos nasciam por ano e tinham a possibilidade de serem alforriadas devido à criação da nova lei. A DGE ficou encarregada por realizar a contagem de todos esses dados e pelo controle de nascidos, mortos e registros de casamento.

Toda a apuração foi centralizada pela Diretoria Geral, que, ao final, forneceu o número de pessoas residentes em todo o Império divididas por províncias, municípios e paróquias em relação às raças, às nacionalidades, aos sexos, às idades, ao estado civil, às profissões, ao domicílio, às residências ou famílias, à condição social, à religião, à imigração e à emigração, às naturalizações, aos nascimentos, aos casamentos e divórcios e à mortalidade. (PESSOA, 2016).

Entre o final do império e o início do período republicano, com o término da Repartição de Estatística no Rio Grande do Sul, poucas pesquisas foram realizadas e as que estavam sendo feitas resultavam de organizações distintas e independentes. Os dados sobre a educação eram apresentados pela Inspetoria Geral da Instrução Pública; sobre a saúde, pela Santa Casa de Misericórdia; sobre Comércio, Exportações, etc. pela Tesouraria da Fazenda e Praça do Comércio da Capital e a Estatística Policial era divulgada pelo Corpo de Polícia. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 abriram-se várias portas aos estudos estatísticos, havendo um aumento significativo de impulsos para o aprimoramento e a qualificação desse projeto. No mês seguinte ao advento da República, o então governador rio-grandense, José Antônio

Correia da Câmara – conhecido como Visconde de Pelotas - através do Ato nº 32 criou a Diretoria de Estatística, que possuía seis funcionários e ficou subordinada a Superintendência Geral das Obras Públicas (FEE,1981). Após várias leis com o intuito de aprimorar a organização da Diretoria de Estatística, esta se tornou um órgão autônomo em 11 de fevereiro de 1909, através do decreto nº 1435, retomando o nome de Repartição de Estatística e sendo diretamente ligada ao governo do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1935, mesmo ano em que foi direcionada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, alterando mais uma vez seu nome para Diretoria Geral de Estatística do Estado (FEE,1981).

Outra alteração de suma importância de âmbito nacional que ocorreu nessa época foi a troca da antiga Diretoria Geral de Estatística (DGE) para o Instituto Nacional de Estatística (INE). A DGE havia mudado sua estrutura, nomenclatura e atividades diversas vezes até sua extinção em 1934. Neste ano o INE foi criado diante do Decreto nº 24.609, mas só começou a pôr em prática seus trabalhos em 1936 através de uma ordem do presidente Getúlio Vargas. É no regime do Estado Novo que o Conselho Brasileiro de Geografia (CGB) é incorporado ao INE, alterando novamente sua nomenclatura para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1937. Aqui no Rio Grande do Sul o Departamento Estadual de Estatística (DEE) veio para substituir a Diretoria Geral de Estatística do Estado pelo decreto nº 8006, de novembro de 1939. O DEE contava com o apoio e coordenação do IBGE - que tinha o objetivo de uniformizar os modelos estatísticos usados no país, seguindo o regulamento do Sistema Estatístico Nacional. Com o passar das décadas, a massa de informações quantitativas e qualitativas apresentadas pelo DEE foi se aprimorando e entrando em acordo com os padrões nacionais. Porém, algumas pequenas alterações em sua dinâmica ocorreram, como é de costume com as trocas de governo devido ao objetivo de cada um. Em 1959 o departamento passou a incorporar a Secretaria de Estado dos Negócios da Administração e em 1960 vinculou-se à Secretaria de Estado dos Negócios da Economia (FEE, 1981).

Destaca-se neste período o Golpe Militar que ocorreu no país em 1964 e que perdurou por 21 anos. O material estatístico que circulava na época aqui no estado era o *Boletim Da Comissão de Desenvolvimento Econômico*, com base nas pesquisas da

Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Conselho de Desenvolvimento do Estado. Tal boletim foi solicitado por uma Comissão Parlamentar Especial do estado que era composta por uma equipe de deputados. O público ao qual esse estudo se destinava eram os membros da comissão, políticos importantes e tomadores de decisões da época, excluindo a possibilidade de acesso à população em geral. Este fato fica evidente logo nas primeiras declarações da publicação: “*Senhor Presidente e Senhores Deputados*”, sem direcionar durante todo o texto uma possível leitura dos cidadãos. Em sua essência, o objetivo do boletim era compreender o insuficiente desenvolvimento econômico do estado, estudando apenas seu crescimento industrial e agrícola, que na época eram os pontos focais que giravam a economia. Entretanto, o material deixava clara a aspiração em dar amplitude aos temas abordados “[...] o trabalho não tem pretensão em ser uma palavra final [...] foi intenção do estudo ser o mais amplo possível” (RIO GRANDE DO SUL, 1965, p.4), o que o levava a ser apenas um material de apoio, que mais instigava a discussão do que promovia certezas.

Em 1969 houve a subordinação do DEE à Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), que em 1972 tornou-se Superintendência de Estatística e Informática (SEI) e em 1973 a SEI uniu-se com a Supervisão de Planejamento Global formando a Superintendência de Planejamento Global (SUPLAG), sendo Rudi Braatz o supervisor (SUPLAG, 1973). Em entrevista, a ex-funcionária Silvia Campos (2019) menciona que “[...] foi nesta época que iniciou o pensamento entre os pesquisadores de que o Rio Grande do Sul era a parte de um todo, não sendo uma ilha, e dependendo de todo o país [...]”. Em janeiro de 1973 a Secretaria de Coordenação e Planejamento juntamente com a SUPLAG assume a responsabilidade de publicar periodicamente estudos estatísticos sobre a sociedade gaúcha e é lançada a primeira edição dos Indicadores Econômicos RS (IERS). Em SUPLAG (1973) temos que a ideia do IERS era avaliar o desempenho socioeconômico rio-grandense, acrescentando dados, buscando novas fontes e inserindo novas áreas de pesquisa além daquelas tradicionais. Logo na apresentação da primeira publicação fica evidente o objetivo de inserir “o maior número possível de elementos informativos [...] com o propósito de melhor orientar os setores privado e público, a docência e, inclusive, as relações intergovernamentais” (SUPLAG, 1973, p. 4), mostrando abrangência quanto ao público alvo e quanto aos interesses de

pesquisa. Neste projeto encontravam-se técnicos que faziam parte do antigo Boletim e que agora lideravam as pesquisas na nova fase. Apesar da capa simples, com o IERS iniciava-se um projeto ousado: poucos estados tinham o tipo de estudo que estava sendo instalado aqui, podendo citar em São Paulo a Fundação Seade, oriunda da Repartição da Estatística e Arquivo do Estado (1892), e em Minas Gerais o Instituto Joaquim Nabuco (1949) - conforme observado por Portugal (2016).

Em FEE (1981) temos que nessa conjuntura se fazia necessária uma dinâmica de funcionamento condizente com a significância do material produzido e apenas a forma jurídica de Fundação se adaptaria a uma atividade que precisava de maior versatilidade. Diante disso, em 1973 criou-se a Fundação de Economia e Estatística, que visava dar maior autonomia para estes estudos. A direção geral da instituição ficou por conta de Rudi Braatz (que já estava à frente da SUPLAG), a encarregada pela diretoria técnica foi a professora Edi Madalena Fracasso e o cargo de diretor administrativo ficou sobre responsabilidade de Roque Maldaner.

2.2 A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

A Fundação de Economia e Estatística foi criada pela Lei 6.624, de 13 de novembro de 1973. Foi uma entidade de direito privado fundada com a intenção de ser um apoio organizacional, elaborando análises e pesquisas econômicas sobre a sociedade gaúcha. Conforme o Conselho Regional de Estatística da 4ª Região (CONRE4, 2016), “[...] a FEE é fonte de matéria-prima para construção de conhecimento e inteligência, possuindo o maior acervo de dados, estatísticas, análises e estudos socioeconômicos sobre o Rio Grande do Sul”.

Siegfried Emanuel Heuser viveu entre os anos 1921 a 1986, formou-se bacharel em economia, contábeis e atuariais, além de ter sido um importante político gaúcho (BRASIL, 2019). Foi secretário da Fazenda e dos Negócios da Economia do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual de 1967 a 1982 pelo MDB e foi eleito Deputado Federal em 1983 pelo PMDB (já com o fim do bipartidarismo). Apoiou a emenda Dante de Oliveira, que sugeria o voto direto, sendo publicamente contra o regime militar. Enquanto ainda

exercia seu mandato, foi abatido por uma pneumonia e faleceu em 1986, dando nome à FEE desde 1987. Entre seus feitos mais importantes é possível destacar a fundação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da Caixa Econômica Estadual. Ainda é possível encontrar uma placa em homenagem à Heuser na entrada do prédio amarelo, sede da FEE até sua extinção. Em 2016 a instituição promoveu um evento em seu auditório com o objetivo de homenagear Heuser. O ex-senador Pedro Simon realizou uma palestra denominada “Do Mundo de Siegfried Heuser Aos Dias Atuais”, contando sobre a vida e as principais realizações do economista (SIMON, 2016).

Cabe salientar que sua criação ocorreu quando o país estava sobre o comando de Emílio Garrastazu Médici, vivendo o Milagre Econômico com índices elevados de crescimento, porém passando pelos “Anos de Chumbo” que levavam a diversas complicações quanto ao acesso a informações, sendo esta uma fase de forte repressão e torturas. Foi a extrema direita que fundou a FEE. Também vale lembrar que no mês anterior à criação da instituição havia estourado a Primeira Crise do Petróleo, trazendo reflexos para o mundo inteiro. Nessa época Euclides Triches governava o Rio Grande do Sul. Político e militar, Triches ficou à frente do estado entre 1971 e 1975 (FGV, [2019]).

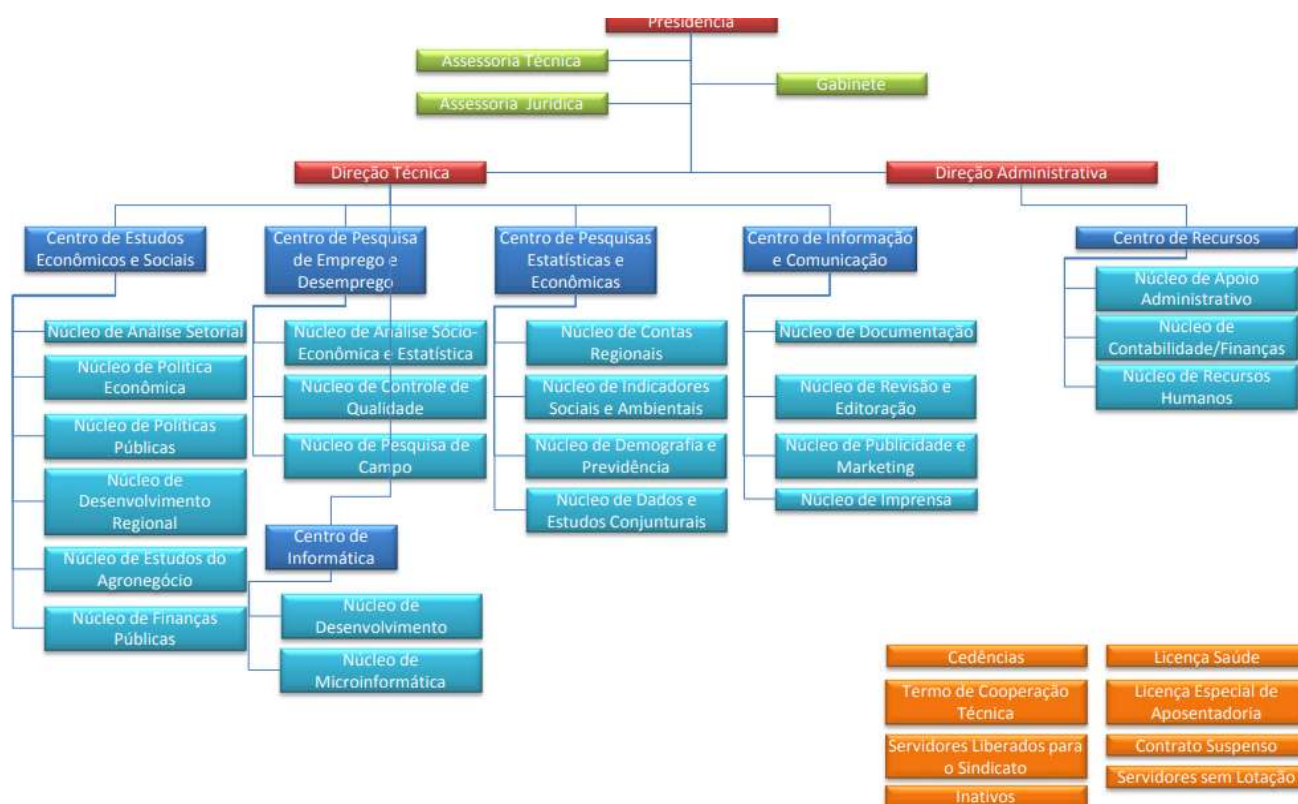
A sexta edição do Indicadores Econômicos RS já foi publicada em nome da FEE, sendo este o primeiro material divulgado pela instituição - no mesmo mês e ano de sua criação. As pesquisas apresentadas nesta edição foram: Estatísticas Básicas; Indicadores Fiscais; Indicadores Financeiros; Indicadores Físicos; Preços; Indústria de Transformação; Exportações Autorizadas; Mão de Obra; Comércio e Serviços. Também foi nessa edição que se expressou a preocupação com a defasagem da informação, já que na época a popularização da internet ainda estava distante e havia grande receio quanto ao resultado que chegaria até os leitores. A IERS foi um periódico de extrema importância para a instituição já que permaneceu sendo publicada durante seus 45 anos de funcionamento. No ano de 1988 houve uma alteração em sua nomenclatura para Indicadores Econômicos FEE (IEFEE), sua periodicidade foi modificada algumas vezes durante as décadas, porém a essência foi sempre a mesma. A título de curiosidade, destaca-se na galeria de presidentes da fundação a ex-presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff, que ficou à frente da instituição entre os anos de 1991 e 1993, sendo

justamente nessa época a celebração de 20 anos da FEE. Rousseff fez uma apresentação especial para a revista IEFEE, na edição comemorativa de duas décadas:

A trajetória da FEE reflete-se também na história desta Revista, que, em seu 20º ano de existência, assinalou uma evolução constante e uma qualificação permanente, superando sucessivos patamares, os quais lhe permitiram lograr reconhecimento técnico e acadêmico como uma das mais conceituadas publicações nacionais de conjuntura econômica (ROUSSEFF, 1993, p. 4).

A FEE também experimentou algumas modificações estruturais ao longo dos seus 45 anos devido a necessidade de moldar-se a cada alteração de governo (FEE, 1981) e mesmo assim foi a entidade que permaneceu ativa por mais tempo que qualquer outro órgão semelhante no estado. No decorrer das décadas, surgiu o dever de atualizar suas formas de análise e criar metodologias próprias - algumas dessas viriam a ser utilizadas pelo IBGE e por outras entidades de pesquisa do país. Abaixo segue o organograma da instituição publicado em 2016.

Figura 1 - Organograma da FEE publicado em 2016



Fonte: Em Defesa da FEE (2016).

2.3 TRABALHOS E PARCERIAS DA FEE

As funcionalidades da FEE como um órgão de auxílio institucional e planejamento estratégico são de extrema valia tanto para o setor público quanto para empresas privadas, já que estas possuem interesse nas estatísticas sociais e regionais para elaborar suas decisões financeiras. De acordo com o Em Defesa da FEE (2016), apenas entre os anos 2014 e 2016 a FEE estabeleceu acordos com 15 entidades, somando mais de 30 parcerias no total. A lista varia desde setores públicos, órgãos de pesquisa, universidades e empresas. Muitas instituições participavam dos acordos, porém no quadro abaixo se destaca apenas o administrador da parceria ativa até 2016.

Quadro 1 - Parcerias ativas em 2016

Órgãos do Governo	Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE) Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCERGS) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Ag. Estadual de Regulação dos Serv. Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) Assembleia Legislativa Secretaria Geral de Governo Secretaria da Fazenda Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer Secretaria de Minas e Energia Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação Secretaria da Saúde Gabinete de Políticas Sociais.
Unidades de Pesquisa	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Centro Profissionalizante (CEPRO) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Pontifícia Universidade Católica (PUC) Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) Observatório das Metrôpoles
Instituições Parceiras	Instituto Gaúcho do Leite (IGL) Sind. das Ind. Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (SIMECS) Federação do Com. de Bens e de Serv. do Estado do Rio Grande do Sul (FERCOMÉRCIO) Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

As publicações da FEE tratavam das mais diversas áreas de pesquisa e demonstravam a realidade da conjuntura gaúcha. Muitas dessas análises estão disponíveis para *download* em plataforma *online*, no site da instituição que ainda segue ativo. Como não se faz possível inserir aqui todas as publicações feitas pela FEE nesses 45 anos, tomou-se como fonte o material de Em Defesa da FEE (2016) que destaca seus trabalhos mais relevantes. Nesse material as atividades da instituição são divididas em cinco principais categorias: Indicadores, Periódicos e Séries, Livros, Relatórios e Serviços. Veremos todas essas categorias nos quadros abaixo:

Quadro 2 - Indicadores divulgados pela FEE

Produto Interno Bruto (PIB)	Apresentava os dados do PIB do estado e de cada um de seus municípios.
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)	Acompanhava o desenvolvimento dos municípios.
Índice das Exportações	Apresentava uma análise da realidade exportadora do Rio Grande do Sul.
Índice de Vendas do Comércio	Divulgava mensalmente informações sobre o atacado e o varejo.
Indicadores Econômicos do Agronegócio do Rio Grande do Sul	Analisava a conjuntura do agronegócio, focando no emprego e nas exportações do setor.
Indicador de Vendas da Indústria - Setores Estratégicos	Verificava a evolução dos setores estratégicos.
Matriz de Insumo-Produto RS (MIPRS)	Disponibilizava dados sobre fluxos de produção de bens finais e intermediários.
Indicadores Ambientais	Apresentava os indicadores subdivididos em três categorias, o Índice de Potencial Poluidor da Indústria (Inpp-I), o Índice de Dependência do Potencial Poluidor da Indústria (Indapp-I) e os percentuais do Valor Adicionado Bruto (VAB).
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Projeto incentivado pela ONU com o propósito de conter a fome no mundo.
Pesquisa de Emprego e Desemprego – Região Metropolitana de Porto Alegre	Era mensalmente elaborada desde 1992 e observava os índices de emprego e desemprego de diversas cidades, sendo dividido em 5 esferas: Informe PED Especial Jovens, Informe PED Especial Negros, Informe PED Especial Idosos, Informe PED Especial Mulher e Trabalho, Informe PED Especial Emprego Doméstico.
Perfil Tributário	Reunia dados fiscais e socioeconômicos sobre os municípios.
Estatísticas Internacionais	Índice anual fornecido pela ONU.
Perfil Socioeconômico	Apresentava mapas e informações sobre a conjuntura socioeconômica do estado.
Estimativas Populacionais	Levantamento feito por idade e sexo dos cidadãos.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

Os Indicadores do PIB eram possivelmente os dados mais relevantes apresentados, já que traziam à conhecimento de todos a situação do estado. Sendo o PIB a soma dos bens e serviços finais de uma região em determinado período, a FEE, em conjunto com o convênio obtido com o IBGE, apresentava estas informações em âmbito Estadual e Municipal, bem como nas opções Anual e Trimestral. No site da fundação ainda é possível observar uma série histórica do PIB gaúcho de 1947 até 2016 (esse conjunto de informações foi atualizado pela última vez em 16 de novembro de 2017). Os dados do PIB de 1947 até 1985 foram revisados em 2014, com técnicas atualizadas e que compatibilizam com os valores nominais das contas nacionais. As informações de 1947 a 1970 são oriundas de materiais gerados pela FGV. As séries até 1985 foram elaboradas através de uma estrutura própria criada pela entidade e deste ano em diante foi adotado o modelo padrão que já era utilizado no país (FEE, 2018).

Quadro 3 - Periódicos e Séries divulgadas pela FEE

Carta de Conjuntura FEE	Veiculada a partir de 1991, com dados sobre a conjuntura nacional e regional.
Ensaio FEE	Revista destinada a publicação de estudos, artigos e pesquisas de cunho econômico.
Indicadores Econômicos FEE	Periódico publicado ininterruptamente desde a criação da entidade, fazendo análises estruturais e econômicas sobre o estado e o país.
Panorama Internacional FEE	Analisava as atividades internacionais e suas consequências para o Rio Grande do Sul.
FEE Setorial	Mostrava a dinâmica dos setores mais produtivos
RS em Números	Continha os principais dados sobre o estado em uma tentativa de abranger o conhecimento sobre essas informações.
Textos para Discussão FEE	Eram textos de assuntos diversos, escritos por pessoas ligadas ou não à FEE.
RS 2030	Agenda de Desenvolvimento Territorial, publicada em três volumes, a agenda teve o objetivo de identificar orientações para o crescimento da economia do estado.
Três Décadas de Economia Gaúcha	Veiculado em 2010, o estudo foi dividido em ambiente regional, movimento da produção, evolução social e um panorama gráfico.
25 Anos de Economia Gaúcha	Divulgação inicial feita em março de 1975, com diversos volumes publicados, com objetivo de analisar a economia gaúcha a partir dos anos 1950.
Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada	Retoma-se a tradição, as polêmicas e trazem novas contribuições aos estudos da formação histórica do Brasil, inovando metodologicamente a abordagem histórica comparada.
A Produção Gaúcha na Economia Nacional	Material publicado em 1983, faz uma análise da concorrência intercapitalista.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

Dentre as publicações apresentadas, cabe destacar os três últimos estudos do quadro acima, pois estes marcaram época e de certa forma revolucionaram a maneira de observarmos a estatística do estado. Em especial cabe salientar a importância do material apresentado em “Os 25 Anos de Economia Gaúcha”, publicado na segunda metade dos anos 1970, pois surgiu quebrando paradigmas que até então estavam enraizados na ideologia de muitos gaúchos. É nesse momento que se compreende a economia do estado como dependente da economia nacional, fazendo parte dela (TARGA, 1989).

Quadro 4 - Livros divulgados pela FEE em 2016

Os camponeses do Morro Alto: família e trabalho no litoral norte do Rio Grande do Sul no pós-Abolição (1890 1890-1930)	Trazendo uma visão fora do mainstream quanto à trajetória dos cidadãos negros na Primeira República.
Democracia e Percepção do Regime: plebiscitos, referendos e iniciativas populares na América Latina	Faz um estudo sobre os mecanismos de democracia direta (MDD) na América Latina.
As Promessas dos Presidentes: democracia representativa em países da América Latina	Revelando a fragilidade dos discursos políticos e abordando a irrelevância de se cumprir promessas que não irão efetivamente melhorar a vida da população.
Econometria Aplicada no Eviews	Abre a visão dos leitores quanto ao uso do pacote estatístico EViews R.
Aglomerções e arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul	Conglomerado de artigos referente as aglomerações produtivas e os arranjos produtivos locais.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

Quadro 5 - Relatórios publicados pela FEE em 2016

RELATÓRIOS	Relatório de análise da dívida pública do Rio Grande do Sul.
	Gasto público e PIB: uma análise sobre o Rio Grande do Sul e estados selecionados.
	O Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico e Automotivo da Serra.
	Arranjo Produtivo Local calçadista Sinos-Paranhana Relatório I.
	A aglomeração prod. de máquinas e implementos agrícolas dos Coredes Central e Jacuí-Centro.
	Aglomeração produtiva de máquinas e implementos agrícolas nos Coredes Alto Jacuí e Produção - AP Pré-Colheita — Relatórios I e II.
	Aglomeração produtiva de laticínios na região do Corede Vale do Taquari.
	Aglomeração produtiva de laticínios nos Coredes Fronteira Noroeste e Celeiro.
	Aglomeração produtiva de equipamentos de saúde no Corede Sul Relatórios I e II.
	Aglomeração produtiva de componentes eletrônicos, automação e controle no Corede Metropolitano Delta do Jacuí e no Município de São Leopoldo.
	Relatório II A aglomeração prod. de componentes eletrônicos no Corede Metrop. Delta do Jacuí.
	Arranjo Produtivo Local (APL) calçadista Sinos-Paranhana RS Relatório II
	O Arranjo Produtivo Local (APL) de pedras, gemas e joias do Alto da Serra do Botucaraí Rel.I e II.
	A aglomeração produtiva de móveis no Corede Serra Relatórios I e II
	Aglomeração ind. de máquinas-ferramentas do Corede Vale dos Sinos e municípios adjacentes
	Necessidade de Creches no Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios.
	Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS.
	Índice de Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul.
Atividades características do turismo no RS em 2013: Valor Adicionado Bruto no Estado, regiões do turismo e municípios.	

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

Destacando alguns dos serviços prestados pela instituição, temos:

Quadro 6 - Serviços realizados pela FEE em 2016

Aplicativo Perfil RS	Divulgava os principais dados socioeconômicos sobre o estado e seus municípios.
Biblioteca FEE	Fundada no ano de criação da entidade, continha mais de 50.000 itens além de possuir o acervo migrado de outros departamentos estatísticos antecessores.
Biblioteca Virtual do RS	União de bibliotecas públicas do estado com o objetivo de disponibilizar dados de forma virtual.
Compara RS	Fazia análises comparativas do Rio Grande do Sul com a área escolhida pelo usuário.
CrimeVis	Aplicativo que informava a criminalidade anual dos municípios.
FEEDados	Estudos conjunturais sobre a problemática do estado, subdividido em categorias, sendo de livre acesso em site homônimo.
Índices de Preços	Informava os índices nacionais mais relevantes.
Sistema de Exportações FEE (SisExp)	Ferramenta estatística que apresentava dados sobre exportações no país.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em Defesa da FEE (2016).

3 A QUESTÃO DA EXTINÇÃO

A dívida pública constitui-se de obrigações financeiras assumidas pelo ente público governamental por intermédio de empréstimos, contratos, títulos de crédito e outros instrumentos. Tais obrigações têm como propósito, via de regra, o financiamento governamental, para os mais diferentes fins (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]).

José Ivo Sartori assume o governo do Rio Grande do Sul em 2015 herdando uma volumosa dívida pública. Com o argumento inicial de reduzir os gastos do estado, em 2016 foi apresentado pelo governador o Projeto de Lei 246, que tinha o objetivo de extinguir seis instituições, sendo uma delas a Fundação de Economia e Estatística. Deste modo, funcionários se uniram em um movimento denominado Em Defesa da FEE para provar que o fim da entidade não traria os benefícios inicialmente apresentados e expor a importância da fundação. Tal movimento teve o apoio de diversos setores, entidades, professores e estudantes.

3.1 A DÍVIDA DO ESTADO DO RS

O cenário político em 2014 estava em forte tensão, o que levou a uma expectativa exacerbada pelas eleições de outubro. Para entender a situação, vale lembrar que no ano anterior houve o Movimento de Junho de 2013, iniciado através de estudantes em decorrência do aumento das passagens de transporte urbano. Como lembra Coutinho (2017), tal reação teve impacto nacional, com vários estados seguindo as manifestações e milhares de pessoas indo às ruas em protesto contra a corrupção. Outro fato importante para o contexto político da época ocorreu em março de 2014, quando teve início a afamada investigação Lava Jato, que perdura até hoje e que é classificada como “[...] a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve” pelo Ministério Público Federal (BRASIL, [2019]) - mas que divide a opinião pública devido a diversos escândalos e contradições. É nesse contexto que o peemedebista José Ivo Sartori vence as eleições de 2014 no segundo turno, em disputa com o então governador Tarso Genro, tendo como trunfo o fato do estado nunca reeleger um governador (COUTINHO, 2017) - inclusive o próprio Sartori confirma este fato já que perdeu as eleições de 2018 para o PSDB de Eduardo Leite.

De acordo com o Relatório Anual da Dívida Pública Estadual referente ao ano de 2018, publicado pelo Tesouro do Estado [2019], no último quadriênio observado as finanças públicas foram impactadas tanto por antecedentes estruturais quanto por novas medidas que surgiram durante o governo Sartori. Para que possamos entender quais foram os gastos mais relevantes durante o mandato de 2015 a 2018, abaixo seguem dois quadros que separam o valor da dívida fundada entre interna (empréstimos nacionais) e externa (contratos internacionais). A dívida pública fundada é aquela que apresenta as principais obrigações do estado, somando sem duplicidade os valores das obrigações financeiras advindas de leis, contratos, empréstimos, convênios, precatórios judiciais e dívida mobiliária e que possuem um prazo para pagamento superior a um ano (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]). O Quadro 7 exhibe a dívida fundada da administração direta do estado durante todo governo Sartori:

Quadro 7 - Dívida fundada da Administração Direta do estado – 2015 – 2018
(Em R\$ bilhões, valores correntes)

Discriminação	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Lei 9.496/97 e PROES	R\$ 51.617.361	83,5	R\$ 57.421.425	86,7	R\$ 58.572.792	86,6	R\$ 63.005.779	86
Lei 8727/93	R\$ 183.320	0,3	R\$ 150.956	0,2	R\$ 116.992	0,2	R\$ 79.797	0,1
Banco do Brasil e CEF	R\$ 760.378	1,3	R\$ 719.518	1,1	R\$ 679.193	1	R\$ 681.589	0,9
BNDES	R\$ 918.789	1,5	R\$ 916.308	1,4	R\$ 850.090	1,3	R\$ 784.649	1,1
Parcelamento INSS e PASEP	R\$ 256.262	0,4	R\$ 233.969	0,4	R\$ 191.525	0,3	R\$ 249.638	0,3
TOTAL DÍVIDA GOVERNO FEDERAL	R\$ 53.736.110	87	R\$ 59.442.176	89,8	R\$ 60.410.592	89,4	R\$ 64.801.452	88,4
Outras Dívidas Internas	R\$ 20.170	0	R\$ 20.170	0	R\$ 20.170	0	R\$ 20.170	0
TOTAL DÍVIDA INTERNA	R\$ 53.756.280	87	R\$ 59.462.346	89,8	R\$ 60.430.762	89,4	R\$ 64.821.622	88,4
Banco Mundial-BIRD	R\$ 5.978.594	9,7	R\$ 5.140.221	7,8	R\$ 5.540.625	8,2	R\$ 6.553.199	8,9
Banco Interamericano-BID	R\$ 2.022.750	3,2	R\$ 1.631.143	2,4	R\$ 1.688.454	2,4	R\$ 1.915.383	2,7
Japan Bank Intl Coop-JBIC	R\$ 42.096	0,1	R\$ 19.284	0	R\$ -	0	R\$ -	0
TOTAL DÍVIDA EXTERNA	R\$ 8.043.440	13	R\$ 6.790.648	10,2	R\$ 7.229.079	10,6	R\$ 8.468.582	11,6
TOTAL GERAL DA DÍVIDA	R\$ 61.799.720	100	R\$ 66.252.994	100	R\$ 67.659.841	100	R\$ 73.290.204	100

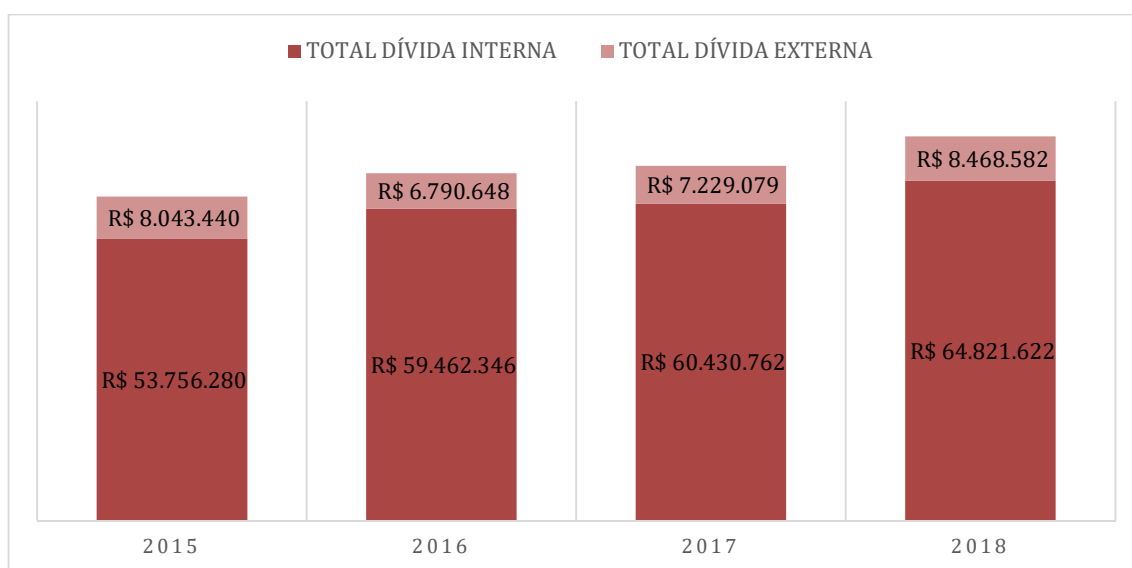
Fonte: Elaboração própria com base em Balanço Geral do Estado e Sistema da Dívida Pública (SDP, [2016], apud TESOURO DO ESTADO DO RS, [2016], p. 10) e Balanço Geral do Estado e SDP ([2019], apud TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019], p. 16).

Através do Quadro 7 podemos afirmar que ao final de 2015 a dívida pública fundada era de R\$ 61,799 bilhões, sendo 87% desse valor referente a obrigações internas (R\$ 53,756 bilhões) e 13% de responsabilidades externas (R\$ 8,043 bilhões). Em 2016 a dívida total do estado com a União chegou a 89,8% do orçamento e em 2017 esse valor

chegou a 89,4% (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]). De acordo com o relatório de 2018 (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]), a dívida fundada do estado gaúcho no último ano de gestão Sartori, sem contar os precatórios judiciais, era de R\$ 73,290 bilhões, apresentando um aumento de 7,7% em relação a 2017.

O Quadro 8 expressa a evolução da dívida fundada entre 2015 e 2018, deixando em evidência a dimensão das obrigações que o Rio Grande do Sul possui com a União.

Quadro 8 – Evolução da Dívida Fundada no Governo Sartori
(Em R\$ bilhões, valores correntes)



Fonte: Elaboração própria com base em Balanço Geral do Estado e Sistema da Dívida Pública (SDP, [2016], apud TESOURO DO ESTADO DO RS, [2016], p. 10) e Balanço Geral do Estado e SDP ([2019], apud TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019], p. 16).

Ao analisar a dívida interna, constatamos que a maior parte dos pagamentos se refere a apenas dois contratos, assinados com o governo federal em 1998, ainda no mandato de Antônio Britto. Em 2015 a obrigação com a Lei Nº 9.496/97 e o PROES totalizou 83,5% (R\$51.617 bilhões) da dívida pública e em 2018 este valor alcançou 86% (R\$63.005 bilhões).

A Lei Nº 9.496/97 trata-se do refinanciamento da dívida gaúcha, recalculando as despesas mobiliárias e outras obrigações. Além das mensalidades do refinanciamento, ficou a cargo do estado cumprir as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), criadas pelo governo federal. Já o Programa de Incentivo à Redução da

Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (PROES) refere-se a Medida Provisória Nº 2.192-70, que visava reestruturar e modernizar o Banrisul e transformar a SULCAIXA numa agência de fomento (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2016]).

Esses dois contratos são atualmente as dívidas de maior prazo do estado, com data para conclusão apenas em abril de 2048. Abaixo segue quadro das dívidas de maior prazo e suas datas de encerramento.

Quadro 9 – Dívidas de longo prazo

Dívida	Prazo
Lei 8.727/93	Novembro de 2025
BNDES	Junho de 2031
Parcelamento INSS e PASEP	Fevereiro de 2034
Banco Interamericano-BID	Agosto de 2039
Banco do Brasil e CEF	Janeiro de 2043
Banco Mundial-BIRD	Setembro de 2043
Lei 9.496/97 e PROES	Abril de 2048

Fonte: Elaboração própria, adaptado de TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019].

Apesar de vários atrasos, o estado cumpriu suas obrigações nos primeiros anos de mandato. Porém, com o aumento das dificuldades financeiras, em meados de julho de 2017 o governo gaúcho obteve uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizava a suspensão dos pagamentos da Lei 9.496/97 e do PROES (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]). De acordo com o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul [2019], a justificativa para a liminar era a falta de recursos para o estado cumprir suas obrigações devido a grave crise que estava enfrentando. Em 2018 a liminar seguiu em vigor e o pagamento da maior dívida do estado não foi realizado em todo o período (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]).

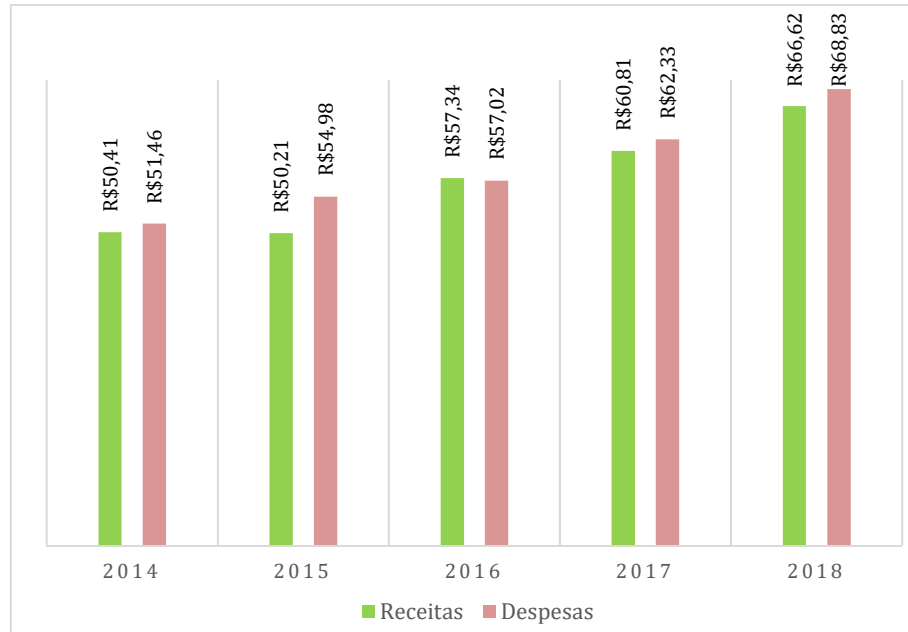
3.1.1 O Déficit da Administração Pública Estadual: Período Sartori

Diante do apresentado referente à dívida pública do estado, cabe aqui mencionar o déficit orçamentário do governo gaúcho. Em economia, déficit público ocorre quando as despesas superam o valor de suas receitas, gerando um saldo negativo nas contas de

uma instituição. De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o limite da dívida líquida de um estado deve ser no máximo duas vezes o valor de sua receita (BRASIL, 2000). A LRF faz uma série de regulamentações pertinentes às finanças públicas com o objetivo de equilibrá-las. Para que essas normas sejam verificadas, a cada bimestre o Tesouro do Estado publica o Relatório de Execução Orçamentária, no qual é possível constatar se foram cumpridos os objetivos estabelecidos para a receita e a despesa do estado. Se tais metas não são atingidas, o Ministério Público tem o poder de limitar as movimentações financeiras do estado pelos trinta dias subsequentes (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]).

Uma maneira acessível para o controle das finanças por parte da população é o Portal da Transparência RS, administrado pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE). Através do portal é possível fazer a vinculação da origem e da destinação dos valores, ou seja, são divulgados os gastos diretos e transferências de recursos, apresentando inclusive a quantia efetivamente paga, já com os descontos de impostos, e quem foi o favorecido. Para a análise das quantias arrecadadas pelo estado, que geralmente advém de impostos pagos pela população, são apresentados os valores totais sem deduções (CAGE, [2019]). Na figura abaixo é exposta uma comparação das receitas e despesas do orçamento gaúcho entre os anos de 2014 a 2018.

**Figura 2 - Comparativo entre Receita e Despesa (2014 – 2018) Rio Grande do Sul
(Bilhões R\$ – valores correntes)**



Fonte: Elaboração própria com base em CAGE, [2019]

Em posse dos valores do orçamento, podemos fazer o cálculo do resultado ao final de cada exercício. Dos quatro anos da gestão Sartori, três apresentaram déficit nas contas públicas, como podemos verificar no Quadro 10. Em especial, destaca-se 2015 com um valor de R\$4,76 bilhões negativos, sendo o ano de maior déficit do governo Sartori (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2016]).

**Quadro 10 – Resultado do Orçamento do Estado 2014 – 2018
(Bilhões R\$ – valores correntes)**

Ano	Receitas	Despesas	Resultado
2014	R\$ 50,41	R\$ 51,46	-R\$ 1,05
2015	R\$ 50,21	R\$ 54,98	-R\$ 4,76
2016	R\$ 57,34	R\$ 57,02	R\$ 0,33
2017	R\$ 60,81	R\$ 62,33	-R\$ 1,52
2018	R\$ 66,62	R\$ 68,83	-R\$ 2,21

Fonte: Elaboração própria com base em CAGE, [2019]

Em setembro de 2015 o governador aprovou o aumento das alíquotas de ICMS como forma de captação de recursos, o que foi uma das causas para que 2016 fosse o único ano de superávit no orçamento de acordo com a CAGE ([2019]). Cabe salientar que durante o ano de 2016 ocorreram alguns fatos atípicos que auxiliaram na obtenção deste resultado. Entre estes fatos, além do aumento da alíquota do ICMS, destaca-se a venda da folha de pagamentos do funcionalismo ao Banrisul, os atrasos no pagamento da dívida com a União (Lei 9.496/97 e PROES) e o acordo com a Ford que teve sua conclusão após 16 anos de disputa judicial (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2017]).

Os dois anos finais não apresentaram melhora nas contas públicas apesar da liminar do STF que suspendia os pagamentos da Lei 9.496/97 e do PROES. Assim, 2017 e 2018 apresentaram déficits de R\$1,52 bilhão e R\$2,21 bilhões, respectivamente (CAGE, [2019]).

3.1.2 O Pacote de Ajuste Fiscal

Ciente da grande dívida do estado, Sartori mostrava-se apreensivo quanto aos rumos da economia gaúcha. Sendo assim, prometia medidas rígidas, defendendo políticas de austeridade para conter os gastos.

[...] é possível verificar que o endividamento ocorreu em função dos contínuos déficits dos governos gaúchos, de modo que atualmente o comprometimento da receita com o pagamento da dívida acumulada impede ao estado investir em obras de infraestrutura, buscando o desenvolvimento do estado. Na verdade, é tal a situação do estado que até mesmo os serviços públicos mais básicos estão sendo comprometidos, seja pelo parcelamento dos salários dos servidores, seja pela falta de recursos para a manutenção da prestação dos serviços. (LARA, 2016, p. 59).

O parcelamento dos salários do funcionalismo iniciou no primeiro ano de mandato e seguiu até o último, em 2018, revoltando trabalhadores e sindicatos (BUBLITZ, 2018). Rivas (2018) observa que nos quatro anos de governo, os pagamentos foram parcelados em 36 oportunidades. A falta de recursos prejudicava a manutenção de diversos setores do estado e diante disso, Sartori apresentou ainda em 2015 o Pacote de Ajuste Fiscal, que deveria ser realizado em pelo menos seis fases e que visava conter a crise financeira gaúcha. Em seu pacote haviam propostas que, de acordo com o governador, acabariam

com o rombo nos cofres do estado (GOVERNO..., 2016). As seis fases do “Pacotão do Sartori”, como ficou conhecido, seguem no quadro abaixo:

Quadro 11 - Seis fases do Pacote de Ajuste Fiscal apresentado em 2015

FASES	PROPOSTAS
1ª fase	Decretos de revisão do orçamento e contenção de gastos do Executivo (restringindo a criação de cargos e as despesas com diárias e horas extras, entre outros itens).
2ª fase	Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, mudanças no imposto sobre heranças, restrições à incorporação de funções gratificadas, criação da Câmara de Conciliação de Precatórios, projeto autorizando o Banrisul a criar estrutura societária para atuar no ramo de distribuição de seguros, previdência aberta e capitalização.
3ª fase	Previdência complementar para os futuros servidores estaduais, Proposta de emenda à Constituição (PEC) estadual tornando desnecessário plebiscito para fechamento ou venda da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), extinção de fundações, criação da subsidiária Banrisul Cartões.
4ª fase	Aumento de ICMS, Mudanças na lei do IPVA, Programa Especial de Quitação e Parcelamento (Refaz).
5ª fase	Projeto do Executivo ampliando de 85% para 95% o limite de saque dos depósitos judiciais. Projeto limitou o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs).
6ª fase	Projeto autorizando o Estado a vender a folha de pagamento do funcionalismo ao Banrisul.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Conheça... (2015).

3.2 O FIM DA INSTITUIÇÃO

Foi na terceira fase do Pacote de Ajuste fiscal que se divulgou a proposta para a extinção de fundações de direito privado da administração pública do estado. O Projeto de Lei 246 foi apresentado em 2016 e previa a extinção das seguintes instituições: Fundação de Zoobotânica, Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Piratini (TVE e FM Cultura), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH). A votação contou com uma abstenção, 23 votos contra e 30 a favor, aprovando o PL 246 em 20 de dezembro de 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Em outubro de 2017 o STF concedeu a autorização para a extinção da FEE e, neste mesmo mês, o advogado Miguel Oliveira saiu da direção geral da Fundação Piratini para assumir a presidência da FEE e dar andamento às funções finais da entidade. Em entrevista, o presidente afirmou que as pesquisas e análises feitas pela fundação não

iriam se encerrar. De acordo com Oliveira, o assunto da extinção deveria ser tratado apenas como uma questão técnica, já que fora contratado exclusivamente para este fim (COMUNELLO, 2017).

3.2.1 O contrato com a Fipe

Ao final do mês de março de 2018, o governo do estado anunciou em sua página oficial que o recém-criado Departamento de Economia e Estatística (DEE), vinculado à Secretaria do Planejamento, Gestão e Governança (SPGG), assumiria as tarefas que eram realizadas pela FEE. O fim das atividades da instituição foi publicado no dia 5 de abril de 2018 no Diário Oficial da União (EXTINÇÃO..., 2018) e no mês seguinte houve novo anúncio oficial informando que o estado optou por contratar uma empresa privada para divulgar os índices do PIB e outros cálculos, ao invés de aproveitar os pesquisadores que já realizavam este trabalho.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) é um órgão privado, que atua desde 1973, sem fins lucrativos e que, segundo a nota oficial, iria reduzir consideravelmente os gastos anuais do estado, tendo em vista que a FEE custava 27 milhões por ano e a FIPE custaria por volta de 3,3 milhões (MINISTÉRIO..., 2018). O acordo assinado com a Fipe em 6 de abril de 2018, sem prévia licitação, seria inicialmente de dois anos e com um valor entorno de R\$ 6,5 milhões. De acordo com Em Defesa da FEE (2018), a Fipe não possuía experiência no cálculo do PIB pois não realizava este trabalho nem mesmo em seu próprio estado - quem divulga este índice em São Paulo é uma instituição pública, a Fundação Seade.

Além da falta de conhecimento na área, o maior obstáculo enfrentado pela Fipe foi a suspensão de repasse de informações para o cálculo do PIB pelo IBGE (DAROIT, 2018). Cabe aqui lembrar que o Rio Grande do Sul possuía parceria com o instituto desde o antigo Departamento Estadual de Estatística, em 1939 (FEE, 1981). O órgão comunicou à SPGG que não poderia seguir com o mesmo contrato que possuía com a FEE até que recebesse uma confirmação da Advocacia-Geral da União (AGU) de que poderia repassar informações sigilosas para uma instituição privada - fato único no país (DAROIT, 2018).

Cientes de que não receberiam informações importantes por parte do IBGE para dar seguimento em suas pesquisas, a Fipe informou que se utilizaria de dados disponíveis em bancos públicos, como do próprio IBGE (VIECELI, 2018). Diante de tais percalços, em junho de 2018 a fundação apresentou sua primeira versão do PIB do estado. Nessa situação, a empresa afirmou que o estado gaúcho havia crescido 1% em 2017, contrariando os três anos anteriores que haviam sido de baixa (BARROSO e RUBLECKI, 2018). Tal cálculo foi repudiado por diversos economistas e pelo corpo docente de várias universidades, com o argumento de que o apresentado não condiz com os dados do IBGE e que a utilização de uma estrutura base fixa para estimar o PIB deixou de ser utilizado no Brasil em meados de 1996. Sendo assim, o Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Sul (SINDECON - RS) divulgou uma nota no qual expressava não reconhecer o dado divulgado pela Fipe como uma estimativa do PIB estadual, tal documento teve assinatura de professores de Economia da UFRGS, PUC e UNISINOS (ECONOMISTAS..., 2018).

O contrato com a instituição privada também era questionado quanto à flexibilidade concedida à Fipe para alterar os métodos de pesquisa caso julgasse preciso. “Além disso, contratação por preço global, vinculando o pagamento mensal a um simples relatório de atividades, pode permitir à Fipe receber mesmo que não entregue os estudos [...]” (DAROIT, 2018).

3.2.2 Em Defesa da FEE

Assim que o Pacote de Ajuste Fiscal veio ao conhecimento público, a Associação dos Servidores da FEE (ASFEE) se organizou para preservar o patrimônio da fundação, formando um movimento denominado Em Defesa da FEE. Em Barredas et al (2017), temos que a campanha de resistência divulgava informações atualizadas, explicando de forma didática as funções da entidade. Além disso, foram elaborados eventos, palestras, reuniões políticas e panfletos com o objetivo de interagir com os cidadãos e conscientizá-los. Também havia preocupação para que o material elaborado na campanha conquistasse um público amplo, com dados suficientes para serem divulgados por toda imprensa estadual e nacional. Desta forma, “[...] a equipe de comunicação foi acionada para dar suporte à defesa da instituição, em horários reversos à jornada de trabalho e

construindo rapidamente canais alternativos para exercer a defesa.” (BARREDAS *et al.*, 2017, p. 5). Duas plataformas digitais foram criadas (um site e uma página no Facebook) para que tais reivindicações obtivessem maior alcance. Esses espaços eram utilizados “[...] para divulgar produções da FEE, indicar sua relevância para a sociedade gaúcha e nacional, além de gerar memória de resistência [...]” (ALVES; CARNIELI; BARREDAS, 2017, p. 4).

No caso da defesa da FEE, profissionais e pesquisadores de diversos campos e diferentes matizes ideológicos se manifestaram (economistas, sociólogos, estatísticos, historiadores, geógrafos, cientistas sociais, etc.), o que fez com que as manifestações gerassem mais alcance e, assim, o movimento adquirisse mais credibilidade com diferentes públicos (BARREDAS *et al.*, 2017).

Durante todo o processo de extinção, funcionários se desdobraram em uma jornada dupla que consistia em seguir com sua produção de indicadores e pesquisas e também na elaboração de argumentos consistentes para convencer os órgãos da justiça e a sociedade que o fim da instituição não acarretaria em economia ao estado, bem como não levaria à modernização das pesquisas (EM DEFESA DA FEE, 2018).

No Dossiê elaborado pelo Em Defesa da FEE (2016), há um amplo conjunto de dados reforçando a importância da instituição para a sociedade gaúcha. O material apresenta de forma didática “O que o Rio Grande do Sul perde com a extinção da FEE em 5 pontos”, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 12 - O que o Rio Grande do Sul perde com a extinção da FEE em 5 pontos

<p>1. EXTINGUIR A FEE NÃO SERÁ ECONOMIA E REPRESENTARÁ A DESCONTINUIDADE DE TODAS AS PESQUISAS DESENVOLVIDAS</p>	<p>Mesmo com a extinção, o custo da folha de R\$13,8 milhões permanecerá, pois pelo menos 52 funcionários possuem estabilidade garantida. Além disso, nem todos são pesquisadores. Desses, 24 já estão inativos (aposentados e afastados). Vale lembrar que a participação da FEE nas despesas do Estado caiu de 0,13% em 2011 para 0,06% em 2016. A queda no orçamento da FEE foi de 50% em termos reais de 2011 a 2016.</p>
<p>2. AS ASSESSORIAS DA FEE PARA O GOVERNO ATENDEM ÁREAS ESTRATÉGICAS E GERAM ECONOMIA AOS COFRES PÚBLICOS</p>	<p>As assessorias realizadas pela FEE para o Governo geram economia aos cofres públicos, como de R\$ 9,1 milhões em trabalhos recentes. Agilidade para responder as demandas sem os custos e a morosidade de uma licitação.</p>
<p>3. A FEE PRESERVA O MAIOR ACERVO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS SOBRE O RIO GRANDE DO SUL</p>	<p>Responsável pelo maior banco de dados de informações socioeconômicas do RS, o FEEDados. São 993 variáveis com dados desde 1970, de acesso aberto e gratuito. A ferramenta serve de base fundamental para tomada de decisões para diversos setores da sociedade.</p>
<p>4. O CORPO TÉCNICO QUALIFICADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO RIO GRANDE DO FUTURO</p>	<p>A FEE não tem CCs. Todos os funcionários são concursados. São 36 doutores e 93 mestres especializados em temas de interesse para o Estado. O acúmulo de conhecimento técnico e científico de pesquisadores líderes nas suas disciplinas em uma só instituição gera trabalhos e assessorias multidisciplinares.</p>
<p>5. A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS QUE SERÃO DESCONTINUADAS</p>	<p>Será interrompida a realização de estudos conjunturais e estratégicos, assessorias especializadas, convênios e cooperações técnicas que auxiliam instituições estaduais e nacionais.</p>

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Em defesa da FEE (2016).

Atualmente, o prédio que sediava a FEE divide sua estrutura com o DEE e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A organização do DEE foi dividida em quatro áreas, sendo elas a Divisão de Apoio Técnico e Acervo, Divisão de Indicadores Estruturais, Divisão de Pesquisa Econômica Aplicada e Divisão de Indicadores Conjunturais (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Aqueles funcionários que permaneceram no mesmo endereço passaram a ser vinculados a um departamento e não mais uma fundação, o que retira grande parte da autonomia que já tiveram, tendo em vista que as formas de captação de recursos são mais burocráticas ao serem regidas pela administração direta. Além disso, ao retornar para a forma jurídica de departamento, a instituição regride ao ano de 1973, quando era um departamento vinculado a já extinta Superintendência de Planejamento Global, invalidando uma justificativa secundária para o fim das instituições que seria a modernização da gestão pública.

A lei de extinção das fundações nº 14.982 abriu uma brecha quando determinou que apenas trabalhadores não estáveis seriam demitidos, sendo os demais realocados

ou ficando à disposição do estado. Diante disso, no dia 23 de outubro de 2017, a Justiça do Trabalho emitiu liminares protegendo servidores celetistas com pelo menos três anos de contrato (EGÍDIO, 2017). Muitos desses empregados foram destinados ao DEE, porém alguns tiveram destinos muito diferentes dos quais foram inicialmente contratados, como é o exemplo dos funcionários realocados para a Polícia Civil, que apesar de não terem nenhuma experiência na área, tiveram que trabalhar para a segurança pública do estado (CISCATI, 2018). Em entrevista, o funcionário Guilherme Xavier (2019) informa que os participantes mais ativos do projeto Em Defesa Da FEE foram curiosamente os mais atingidos nas realocações, sendo transferidos para setores que não tinham ligação com seu anterior cargo de atuação. Xavier (2019) também menciona que em muitas situações nem mesmo o local de realocação estava ciente que receberia um novo funcionário, não havendo prévia organização para recepcionar o trabalhador. Mesmo os servidores que foram transferidos ao DEE possuíam poucas orientações, os pesquisadores não sabiam quais seriam suas novas atividades.

Baseando-se na justificativa principal de corte de gastos através do Pacote de Ajuste Fiscal, que fecharia entidades, uniria algumas secretarias, demitiria funcionários e possuiria um amplo conjunto de medidas restritivas, o governo sustentava expectativas de economizar uma grande quantia aos cofres públicos durante os quatro anos de mandato. Porém, após a aprovação das primeiras medidas do seu Pacote, surgiram questionamentos se estas providências trariam efetivo controle dos custos. Através das liminares feitas pela Justiça do Trabalho, não seria possível seguir com as demissões sem que fosse feito um acordo com os sindicatos das instituições (WEISSHEIMER, 2017). Em junho de 2017, após uma reunião no qual o estado não apresentou nenhuma proposta para os trabalhadores, o desembargador João Pedro Silvestrin solicitou que o governo apresentasse os dados solicitados pelos coordenadores dos sindicatos, para validar os argumentos econômicos que comprovariam que o fim das entidades traria o ganho esperado. Os sindicalistas também solicitavam informações de quantos e quais seriam os funcionários na lista de demissões (WEISSHEIMER, 2017). A imagem que passava na época era de que o governo não fazia ideia de quantos servidores poderiam ser afastados de seus cargos, já que na projeção feita para averiguar o ganho não foram levados em consideração os trabalhadores estáveis, que não poderiam ser demitidos

(WEISSHEIMER, 2017). No caso da Fundação de Economia e Estatística, haviam 179 trabalhadores em 2016, sendo 127 em regime celetista e 52 estatutários. Destes, os primeiros entrariam na lista de demissões e o restante daria seguimento em grande parte dos estudos feitos pela instituição (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA – ANIPES, 2016). Conforme Em Defesa da FEE (2016), desses 52 funcionários que não seriam afastados devido a estabilidade, 24 não estavam mais ativos em seus cargos e dos outros 28, apenas 16 eram pesquisadores. Mesmo com os concursos que ocorreram em 2010 e 2014, “[...] o custo nominal da FEE não cresceu, enquanto o custo real teve queda de 40% entre 2009 e 2015. Destaca-se que a FEE não possui cargo de confiança no seu quadro de funcionários, o que ressalta o caráter técnico da instituição.” (EM DEFESA DA FEE, 2016, p. 2).

Como já mencionado, o anúncio oficial para o fim das atividades da FEE se deu em 5 de abril de 2018. Porém, ainda em de abril, o Ministério Público de Contas (MPC) fez junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) uma solicitação de suspensão da Lei de extinções, alegando que as afirmações feitas pelo governo para extinguir tais entidades não teriam sido justificadas, pois não haviam sido divulgadas análises específicas de cada fundação para que se comprovasse a efetiva economia de recursos com o fim de seus trabalhos. Além disso, não havia nenhum material explicando como seria feito o aproveitamento do patrimônio das instituições, a realocação de funcionários, o pagamento de indenizações, o destino dos contratos de longo prazo e não havia material regularizando uma eventual necessidade de contratação de empresas privadas para dar seguimento a trabalhos indispensáveis. Tal suspensão fez com que o governo não pudesse seguir com as demissões e interrompeu as realocações de funcionários (ELY, 2018).

Antes de um retorno do estado quanto as questões apontadas pelo MPC, o Tribunal de Justiça (TJ – RS) concedeu uma liminar que derrubou a cautelar que suspendia as extinções em maio de 2018 (ELY, 2018). Como não houveram justificativas quanto aos argumentos apresentados inicialmente pelo governo, houve a necessidade de alteração dos mesmos (WEISSHEIMER, 2017).

O argumento utilizado pelo governo José Ivo Sartori (PMDB) para defender a extinção [...] com a conseqüente demissão de servidores, não está mais baseado na necessidade de economizar recursos, mas sim por uma concepção ideológica que defende o Estado mínimo (WEISSHEIMER, 2017).

Ao afirmar que o controle de gastos era a principal razão para seguir com as extinções, alegando ser um auxílio para a redução da dívida, o estado não apresentou números - dados consolidados - que comprovassem tal afirmação. Desta forma, como esses dados não foram possíveis de serem obtidos, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) voltou atrás em seu argumento de redução de gastos e afirmou que a extinção das instituições seria, em verdade, uma maneira de reorganizar o estado, sendo uma questão de convicções políticas (WEISSHEIMER, 2017), assim o governo não necessita de amplas justificativas, pois seriam questões fundamentadas em ideologias.

Outro ponto importante que devemos salientar é sobre como andam as pesquisas do DEE nos dias de hoje. No começo de 2019, o relato dos funcionários era de que os estudos estavam parados, “[...] hoje em dia estamos congelados [...]. Não conseguimos publicar mais nada desde abril de 2018. Não ocorream mais reuniões, eventos nem debates. [...]. Não tenho mais projeto de pesquisa.” (XAVIER, 2019). “Em abril de 2018 houve a extinção e não saiu nada desde então. Alguns artigos foram oferecidos para revistas e congressos externos, mas não são do DEE, e sim produção à parte de funcionários.” (CAMPOS, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das décadas o estudo estatístico evoluiu consideravelmente suas técnicas e formas de pesquisa no estado, acompanhando as tecnologias e os métodos de análise do país. Mesmo que houvesse descontinuidades nas pesquisas, sempre acabavam surgindo novas instituições do setor para seguir com as análises socioeconômicas do povo gaúcho. Oficialmente, o primeiro cargo público responsável pelos estudos estatísticos do Rio Grande do Sul foi de José Marcelino Rocha Cabral, convidado em 1833 para ser o “Encarregado da Estatística”, depois de verificada a necessidade dessas informações para o planejamento estratégico.

Dois grandes obstáculos que foram enfrentados no princípio das pesquisas: 1) a dificuldade na obtenção de dados para a confecção de resultados sólidos e 2) a falta de interesse de determinados políticos que discordavam da relevância destas análises. Estes dois problemas acabavam gerando interrupções e inconsistências no material apresentado e fizeram com que a primeira extinção do setor ocorresse em 1850. Tais extinções não seriam novidades ao longo da trajetória do estudo estatístico no estado, já que diversas instituições da área tiveram seu fim com a justificativa de falta de verbas para a manutenção e obtenção de material (FEE, 1981). Apesar das adversidades, das trocas de governos e das diversas alterações estruturais ao longo dos seus 45 anos, a FEE foi a entidade voltada para pesquisas estatísticas que permaneceu por mais tempo ativa no estado.

A criação da FEE se deu durante o regime militar brasileiro, sendo fundada pela Lei 6.624, em novembro de 1973. O objetivo inicial de seu projeto, de acordo com Campos (2019), era fazer uma avaliação global dos estudos econômicos do estado, formando indicadores com o objetivo de publicá-los em periódicos. Por consequência, a FEE acabou unificando estudos esporádicos que já existiam no estado, não só publicando dados, mas também fazendo uma análise dos mesmos através de uma visão global da economia gaúcha que era inovadora para a época: “O Rio Grande do Sul não é uma ilha, ele depende de todo um país.” (CAMPOS, 2019). Com o passar dos anos, os funcionários foram se qualificando, as pesquisas se fortaleceram, o setor estatístico do estado entrou em convenção com as publicações do país e tornou-se cada vez mais evidente a importância da análise socioeconômica na organização e no mapeamento financeiro do

estado. “Com a FEE criou-se outro arcabouço teórico e estatístico para analisar a economia gaúcha em todos os setores.” (CAMPOS, 2019). Diante da compreensão e do domínio em diversas áreas de pesquisa, a FEE foi consolidando seu prestígio entre a classe política, a população e a mídia. Isso fica evidente com as frequentes citações da instituição em matérias jornalísticas, livros e artigos, além de parcerias com diversas entidades públicas e privadas.

A divulgação do cenário econômico traz inúmeras consequências para uma região. Quando são expostas frequentes informações favoráveis economicamente, como o crescimento da taxa do PIB, melhora na distribuição de renda e baixos índices de desemprego, aumenta o incentivo ao investimento por parte dos empresários, que se sentem motivados em decorrência das boas expectativas fundadas pelas pesquisas. Outra situação resultante é a melhora da opinião pública quanto ao governo. A sociedade percebe boas mudanças e ajustam seus argumentos e críticas quanto às autoridades. Logo, a divulgação de dados positivos também é uma necessidade política, já que essa classe necessita de apoio popular para permanecer mais tempo no poder - ao se tratar de uma democracia. Por outro lado, quando uma instituição oficial divulga frequentes dados negativos, a imagem do governador e de seus aliados fica prejudicada.

Ao assumir o governo em 2015, o novo governador tinha consciência da enorme dívida que assolava o estado. O Pacote de Ajuste Fiscal era o principal recurso apresentado pela gestão para barrar o rombo nos cofres públicos. Na sexta fase do pacote, apresentou-se a proposta de extinção de várias fundações, todas com o objetivo de reduzir os gastos no orçamento. Porém, após já iniciado o processo de realocação de funcionários, o MPC entrou com um pedido de suspensão das extinções junto ao TCE, solicitando que o estado apresentasse justificativas consolidadas, que comprovassem seu argumento e demonstrassem a economia de recursos que era prevista. Contudo, no mês seguinte, antes mesmo que o estado manifestasse as justificativas solicitadas pelo MPC, o Tribunal de Justiça do estado derrubou a suspensão e deu-se continuidade nas extinções (ELY, 2018). Diante da não apresentação de provas quanto ao argumento inicial do governador, a Procuradoria Geral do Estado considerou ser mais coerente alterar o motivo das extinções e passou a alegar que não se tratavam apenas de questões

econômicas e sim “uma concepção ideológica que defende o Estado mínimo.” (WEISSHEIMER, 2017).

Ao longo dos anos a FEE tornou-se um ambiente totalmente diferente do que foi inicialmente criado, tornando-se um centro de cabeças pensantes, como bem cita Silvia Campos (2019) em entrevista concedida para esta monografia. Questiona-se se tal ambiente poderia gerar algum tipo de ameaça às ideologias do partido que comandava o estado na época. Vale lembrar que o PMDB de Sartori ganhou forças com o golpe sofrido pela Presidenta Dilma em 2016, momento no qual Michel Temer assume a presidência do país. Diante do exposto, a sociedade gaúcha deve fazer a reflexão sobre as reais motivações do estado para extinguir uma entidade qualificada, que permaneceu 45 anos em atividade, e contratar sem prévia licitação uma empresa privada com sede em São Paulo para divulgar o PIB do estado gaúcho - o mais importante índice econômico para entender o desenvolvimento de uma região. Além da falta de experiência no cálculo deste índice por parte da Fipe (EM DEFESA DA FEE, 2018) já que o PIB é divulgado pela Fundação Seade no estado de São Paulo, o maior obstáculo para sua elaboração tem sido o fim do contrato com o IBGE. Lembrando que, antes mesmo da criação da FEE, os gaúchos já possuíam parceria com o Instituto. Quando os estudos eram coordenados pelo Departamento Estadual de Estatística, criado em 1939 (veja aqui uma sutil diferença de nomenclatura com o Departamento de Economia e Estatística fundado por Sartori em 2018), o IBGE já atuava uniformizando alguns modelos utilizados no país (FEE, 1981). As parcerias formadas com o Instituto visando o cálculo de dados devem ser feitas com fundações públicas, pois os microdados disponibilizados são confidenciais. Ocorre que a Fipe por ser uma organização privada, contraria as exigências indispensáveis do IBGE (DAROIT, 2018).

Passado o mandato de Sartori, podemos afirmar que mesmo com as múltiplas medidas de austeridade, não foi possível cumprir as obrigações com o funcionalismo e com a União durante grande parte do governo. Também não se obteve a estabilização da dívida pública apesar das extinções (TESOURO DO ESTADO DO RS, [2019]). A questão que devemos considerar é como um governo com frequentes déficits orçamentários poderia organizar as contas do estado sem a base estatística apresentada pela FEE, sem uma estrutura organizacional para auxiliar na definição das escolhas

financeiras e com um índice do PIB que não é reconhecido por diversos economistas (ECONOMISTAS..., 2018). Em 2019 iniciou-se a gestão de Eduardo Leite e a expectativa é que o estudo estatístico tenha sua relevância assegurada. Fato que só poderemos avaliar com precisão ao final do mandato.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise Avancini; CARNIELLI, Fiorenza Zandona; BARREDAS, Sandra Bitencourt. **A comunicação de resistência e a estratégia de visibilidade da FEE através do movimento @EmDefesadaFEE**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/56.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA – ANIPES. **Nota da Anipes sobre a extinção da FEE**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.emdefesadafee.com.br/wp-content/uploads/2016/11/2016-Of.-Circular-11-Nota-extin%C3%A7%C3%A3o-da-FEE-Diretores-da-Anipes-1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - ASSFEE. **A Importância da FEE para o Planejamento do RS**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://medium.com/@assfee2016/a-importancia-da-fee-para-o-planejamento-do-rs-3ca01d22a908>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BARREDAS, Sandra Bitencourt de *et al.* **Fontes de mobilização na comunicação pública**: as falas estratégicas do movimento #emdefesadaFEE na disputa de versões em torno do interesse público. Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2017/06/BarrerasReginatoWottrichPrediger_FONTES-DE-MOBILIZAC%CC%A7A%CC%83O-NA-COMUNICAC%CC%A7A%CC%83O-PU%CC%81BLICA.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

BARROSO, Lucas; RUBLESCKI, Anelise. **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul obtém crescimento de 1% em 2017**. Porto Alegre, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/produto-interno-bruto-do-rio-grande-do-sul-aponta-crescimento-de-1-em-2017>. Acesso em: 12maio 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia Siegfried Heuser**. Brasília, DF, [2019]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/132087/biografia>. Acesso em: 13mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Entenda o Caso**. Brasília DF, [2019]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 12 maio 2019.

BUBLITZ, Juliana. Governo Sartori: parcelamento de salários chega a 28 meses. **Gaúcha ZH Política**, Porto Alegre, 09 abr. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/04/governo-sartori-parcelamento-de-salarios-chega-a-28-meses-cjfsf4kwh08lc01phic5f968f.html>. Acesso em: 25 maio 2019.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Preliminares. *In*: BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. São Paulo: editora, 2006.p. 1.

CAMPOS, Sílvia. **Entrevista concedida a Caroline Gisele Dutra**. Porto Alegre, 16 jan. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” desta monografia].

CISCATI, Rafael. Pesquisadores de economia trabalharão na Polícia Civil gaúcha. **O Globo**, São Paulo, 10 jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisadores-de-economia-trabalharao-na-policia-civil-gaucha-22871822>. Acesso em: 12 maio 2019.

COMUNELLO, Patrícia. Presidente da FEE Notifica Servidores e Prepara Extinção. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 01 nov. 2017. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/10/politica/593979-presidente-da-fee-notifica-servidores-e-prepara-extincao.html. Acesso em 06 nov. 2018.

CONHEÇA as fases do ajuste fiscal de Sartori. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 30 dez. 2015. Disponível: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/conheca-as-fases-do-ajuste-fiscal-de-sartori-4941059.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO – CAGE. **Portal Transparência RS**. Porto Alegre, [2019]. Disponível em: <http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40appro03&anonymous=true>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE ESTATÍSTICA 4ª REGIÃO- CONRE4. **Carta de apoio à FEE**. Porto Alegre, 23 nov. 2016. Disponível em: <http://conre4.org.br/texto.asp?cod=125>. Acesso em: 13 mar. 2019.

COUTINHO, Fabricio Ungaretti. **Posicionamento da candidatura e imagem de Sartori na campanha para o Governo do Rio Grande do Sul em 2014**: análise de seis spots eleitorais veiculados no primeiro turno. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/169523>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DAROIT, Guilherme. IBGE rompe convênio com Estado gaúcho para cálculo do PIB. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 11 maio 2018. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/economia/626929-ibge-rompe-convenio-com-estado-gaucha-para-calculo-do-pib.html. Acesso em: 11 maio 2019.

ECONOMISTAS questionam cálculo da Fipe: 'indicador não pode ser considerado PIB'. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 31 jul. 2018. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/07/641273-economistas-questionam-calculo-da-fipe--indicador-nao-pode-ser-considerado-pib.html. Acesso em: 12 maio 2019.

EXTINÇÃO da Fundação de Economia e Estatística é publicada no Diário Oficial do Rio Grande do Sul. **G1 RS**, Porto Alegre, 05 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/extincao-da-fundacao-de-economia-e-estatistica-e-publicada-no-diario-oficial-do-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2019.

EGÍDIO, Paulo. Lei que extinguiu fundações gaúchas abre brecha para suspender demissões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 out. 2017. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/10/politica/592289-lei-que-extinguiu-fundacoes-gauchas-abre-brecha-para-suspender-demissoes.html. Acesso em 05 nov. 2018.

ELY, Débora. Extinção das fundações estaduais vira batalha judicial. **Gaúcha ZH Política**, Porto Alegre, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/06/extincao-das-fundacoes-estaduais-vira-batalha-judicial-cjighf1wv0guv01qof9s5oxwl.html>. Acesso em 06 nov. 2018.

ELY, Débora. Liminar do TJ derruba cautelar do TCE que suspendia extinção das fundações. **Gaúcha ZH Política**, Porto Alegre, 22 maio 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/liminar-do-tj-derruba-cautelar-do-tce-que-suspendia-extincao-das-fundacoes-cjhhyr3ss075o01paivyrym3q.html>. Acesso em: 11 maio 2019.

EM DEFESA DA FEE. **Dossiê FEE**. Porto Alegre, 2016. Disponível em <http://www.emdefesadafee.com.br/wp-content/uploads/2016/11/20161130dossie-fee.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

EM DEFESA DA FEE. **Carta aberta à sociedade gaúcha – O roteiro de um desmanche sem justificativa e sem recuperação**. Porto Alegre, 26 abr. 2018. Disponível em: <http://www.emdefesadafee.com.br/noticias/carta-aberta-a-sociedade-gaucha-o-roteiro-de-um-desmanche-sem-justificativa-e-sem-recuperacao/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **FEE disponibiliza as séries do PIB estadual de 1947-70 e 1970-85**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/apresentacao/>. Acesso em: 25 maio 2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Apresentação. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 4, nov. 1973.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Evolução da Estatística no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/sobre/evolucao-da-estatistica-no-rs-fee-poa-jun-1981.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Biografia**. Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/triches-euclides>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GOVERNO do RS entrega pacote de medidas à Assembleia. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/governo-do-rs-entrega-pacote-de-medidas-%C3%A0-assembleia-1.217616>. Acesso em 25 abr. 2019.

LARA, Júlio César Marques de. **A Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul e o PLP nº 257/2016**: uma análise sob a ótica federativa. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/167270>. Acesso em 24 abr. 2019.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. **Breve história da estatística**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/JMPMemoria_Historia_Estatistica.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.

MINISTÉRIO Público de Contas pede suspensão de contrato do RS com a Fipe. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 21 maio 2018. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/economia/628415-ministerio-publico-de-contas-pede-suspensao-de-contrato-do-rs-com-a-fipe.html. Acesso em: 26 abr. 2019.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Diretoria Geral de Estatística da Secretaria de Estado dos Negócios do Império**. Brasília, DF, 20 set. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/309-diretoria-geral-de-estatistica-da-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PORTUGAL, Marcelo. **A criança e a água do banho**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.emdefesadafee.com.br/pessoas-que-defendem-a-fee/a-crianca-e-a-agua-do-banho/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Apresentação. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p.4, 1965. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=6aA40ucGHCC%3d&tabid=>. Acesso em: 23 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Detalhes da Proposição PL 246**. Porto Alegre, 2017. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=246&AnoProposicao=2016>. Acesso em 05 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Novo departamento assume atividades da FEE**. Porto Alegre, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/novo-departamento-assume-atividades-da-fee>. Acesso em 07 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Posicionamento Sobre Extinção da FEE e Contratação da Fipe Pelo Governo do Estado**. Porto Alegre, 08 maio 2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/nota-sobre-extincao-da-fee-e-contratacao-da-fipe-pelo-governo-do-estado>. Acesso em 06 nov. 2018.

RIVAS, Lucas. Piratini encaminha projeto de lei para parcelamento do 13º salário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/piratini-encaminha-projeto-de-lei-para-parcelamento-do-13%C2%BA-sal%C3%A1rio-1.280784>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Apresentação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 4, 1993. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/570/810>. Acesso em 01 abr. 2019.

SARTORI chega ao fim do mandato após quatro anos de malabarismo nas finanças. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/sartori-chega-ao-fim-do-mandato-apos-quatro-anos-de-malabarismo-nas-financas-cjpyhs3cp0mze01rxhrh3ys2s.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SIMON, Pedro. **Palestra Do Mundo de Siegfried Heuser aos Dias Atuais**. Porto Alegre, 22 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e64Q5UGPFQ4>. Acesso em 16 mar. 2019.

SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO GLOBAL – SUPLAG. **Apresentação**. Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan. 1973.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Comentário Sobre os Paradigmas da Economia Gaúcha**. Porto Alegre, 1989. Disponível em: <file:///C:/Users/80550536/Downloads/1383-5794-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

TESOURO DO ESTADO DO RS (Brasil). **Relatório Anual da Dívida Pública Estadual do RS 2015** – Porto Alegre, RS, [2016]. Disponível em: https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1489157239_DividaPublicaRelatorioAnual2015.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

TESOURO DO ESTADO DO RS (Brasil). **Relatório Anual da Dívida Pública Estadual do RS 2016** – Porto Alegre, RS, [2017]. Disponível em:

https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1531930726_Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20D%C3%ADvida%20AF%20-%20Gr%C3%A1fica.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

TESOURO DO ESTADO DO RS (Brasil). **Relatório Anual da Dívida Pública Estadual do RS 2018** – Porto Alegre, RS, [2019]. Disponível em:

https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1559655685_20190529111233reldiv2018.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

TESOURO DO ESTADO DO RS (Brasil). **Relatório de Execução Orçamentária: 6º bimestre de 2018 – Consolidado anual**. Porto Alegre, fev. 2019. Disponível em:

https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1549993263_Relatorio%20Execucao%20Orçamentaria%20-%206%C2%BA%20bim%202018.pdf. Acesso em 15 jun. 2019.

TESOURO NACIONAL (Brasil). **Dívida Consolidada dos Estados e do Distrito Federal**. Brasília, DF, 29 nov. 2018. Disponível em:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/divida-consolidada-estados>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VIECELI, Leonardo. “Não haverá perda de qualidade”, diz pesquisador da Fipe sobre mudança no cálculo do PIB gaúcho. **Gaúcha ZH Economia**, Porto Alegre, 21 jun. 2018.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2018/06/nao-havera-perda-de-qualidade-diz-pesquisador-da-fipe-sobre-mudanca-no-calculo-do-pib-gaucha-cjioyfzay0idv01qo5w1x5ak7.html>. Acesso em: 12 maio 2019.

WEISSHEIMER, Marco. Governo Sartori abandona argumento econômico para justificar extinção de fundações e demissões. **Sul 21**, Porto Alegre, 06 jun. 2017. Disponível em:

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/06/governo-sartori-abandona-argumento-economico-para-justificar-extincao-de-fundacoes-e-demissoes/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

XAVIER, Guilherme. **Entrevista concedida a Caroline Gisele Dutra**. Porto Alegre, 14 jan. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia].

APÊNDICE A - ENTREVISTA

Nome: Guilherme Xavier

Órgão: Departamento de Economia e Estatística

Cargo/Função: técnico

Data: 14/01/2019

- **Sobre o ingresso na FEE:**

Fiz concurso público para ingressar na FEE no ano de 1990 e comecei minhas atividades no ano seguinte. Sou formado em sociologia. Era funcionário celetista na FEE. O contexto do país quando entrei era de hiperinflação, recém havia sido lançada a nova constituição.

- **Sobre os planos de carreira:**

Tinha desejo de ingressar na FEE pela atratividade do lugar, pelo prestígio da instituição. Existiram dois planos de carreira dentro da instituição. A cada concurso estes foram sendo reajustados, porém a base continuava sendo a mesma. O último concurso, de 2014, trouxe basicamente cargos de pesquisadores. Vários cargos foram extintos com o tempo (como o cargo de datilógrafo), sendo enxugados com o passar dos anos e modernizando o quadro de funcionários. Hoje em dia muitos dos empregados entraram na justiça para se aposentar na busca por ser estatutários. O concurso de 1990 foi muito disputado, porém apesar de estarem gostando muito da experiência na FEE, vários funcionários acabaram saindo, seja porque eram pessoas muito novas, seja porque fizeram outros concursos, de salário maior, acabavam “saindo daqui em enxames”. Acordos novos eram claramente necessários, ajustes no plano.

- **Sobre a realocação de funcionários:**

Era técnico e sigo na mesma função após a extinção. Hoje trabalhamos em um escombro do que era a FEE. Pessoas foram realocadas sem aviso prévio, muitas ficavam sabendo pelo diário oficial (o funcionário dá a ideia de analisar como era o antigo Organograma da instituição). Nem o local de realocação sabia que iria receber um novo funcionário e,

diante disso, não havia uma organização para recebê-lo. O relato é de que as transferências acabaram sendo para os lugares mais diversos. “Teve economista indo para a polícia civil. Agora me diz, o que um economista vai fazer na polícia civil?”. Muitos foram para a Secretaria da saúde, Secretaria da fazenda, Secretaria da agricultura, para a segurança pública, etc. Não se sabe quem fez a escolha para realocação dos funcionários, não houve a extinção de setores aos poucos, foram apenas “esburacando” setores, sem o objetivo de ir emagrecendo, deixando falhas em todos. O resultado das realocações foi desastroso. Fui enviado para o setor de Indicadores estruturais. Logo na primeira reunião nem a pessoa que foi colocada para ser líder da equipe sabia do que se tratava o novo setor. Não havia organização, os funcionários não sabiam qual seria sua nova atividade e o que estavam fazendo ali. Desta forma, não tomavam o setor para si, não havia incentivo para isso. Os mesmos já não faziam nada do que faziam antes. Os participantes mais ativos do projeto Em Defesa Da FEE foram curiosamente os mais atingidos, sendo transferidos para setores que não tinham ligação com sua formação.

- **Sobre a importância da FEE para a sociedade gaúcha e sua extinção:**

Produzir reflexão sobre a economia e a sociedade do estado. Mas hoje em dia estamos congelados. Me parece que a ideia era colocar “cabeças no poste” para dar exemplo. Hoje o DEE esta sob comando da administração direta, assim a forma de captação de recursos muda e dificulta mais as transações do que quando era fundação pública de direito privado. Não se conseguem mais bolsas da CNPQ, antes como fundação indireta e autonomia reativa se conseguia. Perdeu-se inclusive parcerias e financiamentos, já que hoje somos parte de um departamento. A FIPE, que foi o órgão privado que pegou vários projetos da FEE, foi embargada pelo tribunal de contas e depois que o embargo foi derrubado, ela iniciou as análises do PIB. Para fazer as coisas da PED, dados de trabalho, a FIPE fez sem muitos dados. A PED ia a domicilio, tinha dados constantes que foram cortados pelo governo, alegando que a mudança seria para modernizar. A FEE foi pioneira em vários experimentos de pesquisa e estatística. Hoje estamos em um “cortiço dentro do prédio”. A EMATER ocupa grande parte do prédio agora. Não conseguimos publicar mais nada desde abril de 2018. Não houveram mais reuniões, eventos nem debates. Houve diminuição das parcerias, participação dos eventos, aparecimento na

imprensa. Não tenho mais projeto de pesquisa. No início do governo Sartori a FEE estava sem um presidente, pois o que estava resolveu sair. Então, a fundação não tinha um presidente quando saiu o anúncio do pacote e houve muito receio sobre quem entraria no posto. Ao contrário do que se esperava, entrou um presidente amigável. Porém o mesmo não ficou por muito tempo no posto, necessitando de uma nova contratação. O novo presidente seria chamado para fazer exclusivamente as burocracias de extinção da instituição. O presidente colocado para extinguir a instituição não mantinha boas relações com os funcionários.

Lembro-me do dia no qual iria apresentar um trabalho que custou muito esforço, a carta de conjuntura (trabalho periódico de exibição online), porém ao chegar às 10h da manhã na FEE, a mesma estava com o auditório fechado, a apresentação contaria com a presença da imprensa. O comunicado de extinção da FEE teria saído no diário oficial naquela manhã. Não houve nenhuma consideração com os funcionários e o trabalho que iria apresentar naquela manhã sequer foi publicado posteriormente.

- **Participou do “Em defesa da FEE”?**

Participei de protestos e dei apoio, porém não foi da frente da organização.

- **Eduardo Leite deu sinal de que deseja reativar a FEE, você acredita que seja possível? Qual a perspectiva que tens sobre o novo governo?**

Os funcionários se organizaram para enviar um questionamento para a Secretaria do Planejamento, para que se possa entender como serão as mudanças do novo governo e se haveriam novidades sobre a FEE. Estamos no aguardo. Aqui sempre se trabalhou com muito entusiasmo. Acredito que o grupo define como será o retorno de todos.

APÊNDICE B - ENTREVISTA

Nome: Silvia Campos

Órgão: Departamento de Economia e Estatística

Cargo/Função: técnica

Data: 16/01/2019

- **Sobre o ingresso na FEE:**

Particpei do grupo que estudava a criação da FEE em outubro de 1972, na Supervisão de Planejamento Global. Carlos Veríssimo do Amaral era o secretário, o grupo tinha como objetivo criar dois projetos: avaliação global do estado (PIB) e um grupo de indicadores, para que acabaria virando uma publicação. As pessoas que ingressavam na instituição geralmente eram ligadas à universidade, pessoas convidadas com prévia entrevista. Sempre foi importante a qualificação para assumir cargos na FEE. Entrei como estagiária e fui contratada em janeiro de 1974, por indicação e análise de currículo. Fui editora dos indicadores por um tempo, sempre exigi saber das experiências das pessoas a serem contratadas. Foi assim até 1978. Não se tinha a sistemática de fazer concursos, mas ocorreu uma reformulação da instituição e as atribuições aumentaram. Primeiro concurso com edital do governo do estado foi em junho/julho de 1978, este teve um grande chamamento. Era muito mais gente trabalhando, e havia esforço em peso nas pesquisas estruturais.

- **Sobre o início:**

Em 1º de janeiro de 1973 ocorreu o lançamento do primeiro número da Indicadores Econômicos RS, sendo uma publicação bimestral. Trabalho árduo, não exigia estudos desse tipo no Rio Grande do Sul. O Departamento Estadual de Estatística (DEE) era o único que fazia este tipo de análise no estado na época. Nada que se pudesse ser usado conjuntamente, apenas dados, séries históricas, cálculos de alguns índices. Em novembro de 1973 Indicadores Econômicos RS passou a ser elaborada pela a FEE, juntando os grupos de pesquisa. Antes se trabalhava em um porão. Só em 1988 foi construído esse prédio (da Duque de Caxias), o que havia de importante na época:

grupos de estudos de aspectos específicos. A atualização do comércio era o trabalho mais complexo, que era para o IBGE.

- **Sobre a instituição:**

Indicadores: Não só ter os dados, mas também fazer uma análise deles.

Iniciou-se uma visão global da economia gaúcha: O Rio Grande do Sul não é uma ilha, ele depende de todo um país. O estado é parte de um todo. Primeiro se faz necessário compreender os dados em âmbito nacional e depois regional. Era uma visão nova.

Uma importante publicação foi o número 1 da série 25 anos da economia gaúcha, um marco, grande projeto. Fez com que grandes grupos gerassem essa série com uma visão global, abordando assuntos como a intermediação financeira, demografia, indústria, agricultura, terciário e setor público. Paralelamente, o pessoal começou a se qualificar. Doutorado era pago pelo estado aos funcionários. Muitas teses eram transformadas em livros, mostrando a preocupação da instituição com a qualificação dos funcionários. Usavam as pesquisas dos funcionários.

No início, o que havia de pesquisa era o boletim, sendo a análise do insuficiente o primeiro trabalho geral sobre a economia gaúcha. Indicadores de estrutura e conjuntura eram o que permeava a FEE. O PIB era feito por um conjunto de pessoas, e foi se aprimorando, FEE estudou junto com o IBGE para trabalhar uma metodologia, a metodologia que o IBGE passou a usar foi elaborada em parceria com a FEE.

Os dados vindos do IBGE em forma de microdados, hoje estão bloqueados para a FIPE. Em 2012/2013 foi fechada a gráfica da FEE, depois se contratava fora. E algum tempo depois não se fez mais necessário imprimir os materiais virando tudo só online. Com a demografia e os indicadores sociais se aprimorando, IDESE se desenvolveu. Era dada muita ênfase em pesquisas que a FEE, como instituição, entendia que se fazia importante para a economia, sociedade e história. Crescimento do grupo de informática nos anos 2000. Outro material importante é encontrado no portal do Feedados.

- **Sobre o cargo:**

Sou economista, técnica na FEE e com contrato estatutário. Entrei na justiça, junto com meus colegas - um total de 93 pessoas, para a FEE ser reconhecida como instituição pública e assim recebermos nossos direitos como estatutários, até porque os recursos recebidos pela FEE eram basicamente advindos do estado. Não faz sentido se chamar de direito privado se os recursos vinham basicamente do setor público. Todo o dinheiro que entrava ia para o caixa único. Questiona-se ser uma fundação de direito privado.

- **Sobre as realocações:**

Não fui realocada, mas vários grupos foram desmantelados. O que um pesquisador vai fazer na polícia? Pelo menos 10 pesquisadores foram para lá. Mais da metade do meu grupo (divisão de política econômica aplicada) foi para outros setores. Mantemos contato através de redes sociais. O novo diretor, logo após a extinção não tinha um objetivo específico. Em um primeiro momento deu-se continuidade para o que já estava em andamento. Alguns trabalhos foram concluídos e outros não. As lideranças não estavam sendo aplicadas. Foi criado um grupo, uma força tarefa para fazer o PIB, porém desistiram. Deu um problema judicial. Sem o convenio com a IBGE, não se tinha como fazer porque a FIPE é privada os convênios da IBGE são feitas apenas com instituições públicas por causa do sigilo da informação. Eles (FIPE) queriam que passássemos os dados que tínhamos e a nossa metodologia. Mas não queríamos fazer isso. Será que o setor privado vai ter análises imparciais? E vão ser divulgados mesmo quando são ruins? A FEE lutou para essa imparcialidade com a secretaria do estado. Presidente da fundação já teve que se impor para divulgar sem maquiar os dados. FIPE é de São Paulo, qual a relação ela tem com o governo do estado? E todo o investimento que o estado fez para qualificação dos funcionários para hoje querer demiti-los?

- **Qual a importância da FEE para a sociedade Gaúcha?**

Com a FEE criou-se outro arcabouço teórico e estatístico para analisar a economia gaúcha em todos os setores, foi muito importante. Alguns projetos específicos que viabilizaram e tornaram importantes pelo seu efeito no estado como o polo petroquímico. Convencer o governo federal teve ajuda da FEE. Efeitos sentidos até hoje do polo petroquímico.

A discussão e a postura dos técnicos, como um órgão a ser consultado quando se queria saber algo sobre a economia do estado, éramos muito chamados pela imprensa, congressos, palestras. Todo o investimento que foi feito na qualificação de pessoas, concursos onde a qualificação valia, a FEE tornou-se um centro de cabeças pensantes, era a nata pensante do estado.

A produção de informações importantes para tomada de decisões eram produzidas na instituição, como o estudo de demografia, o cálculo do PIB, criação do Feedados - site de dados da fundação, sistema e base de dados disponibilizado para o público em geral.

- **Sobre a atual conjuntura:**

Não fiz parte do projeto, mas me coloquei à disposição para entrevistas, textos, etc. A produção geral da FEE foi grande em 2017, inclusive para ver se conscientizava a sociedade pela perda que haveria. Em abril de 2018 houve a extinção e não saiu nada desde então. Alguns artigos foram oferecidos para revistas e congressos externos, mas não são do DEE, e sim produção à parte de funcionários.

- **Eduardo Leite deu sinal de que deseja reativar a FEE, você acredita que seja possível? Qual a perspectiva que tens sobre o novo governo?**

Existe um grupo que está pensando nisso, alternativas estão sendo buscadas judicialmente. Não pode simplesmente recriar a fundação depois de extinta, certamente surgirá algo novo, com outros objetivos, não existe intenção de voltar como ela era e sim uma visão mais enxuta. Confia-se que a nova Secretária do Planejamento entenda a importância da pesquisa, já que vem da área acadêmica.